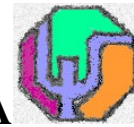




UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Mestrado

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

SHYRLEY PIMENTA

PSICANÁLISE E LITERATURA:

O CORPO HUMILHADO EM LIMA BARRETO

UBERLÂNDIA

2007

SHYRLEY PIMENTA

**PSICANÁLISE E LITERATURA:
O CORPO HUMILHADO EM LIMA BARRETO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de concentração: Psicologia Aplicada

Eixo: Psicologia da Intersubjetividade.

Orientador: Professor Dr. Caio César S. C. Próchno

UBERLÂNDIA - MG

2007

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

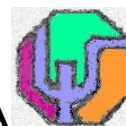
P644p Pimenta, Shyrley, 1943-
 Psicanálise e literatura : o corpo humilhado em Lima
 Barreto /
 Shyrley Pimenta. - 2007.
 122 f.
 Orientador: Caio César S. C. Próchno
 Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia.
 Inclui bibliografia.

1. Psicanálise - Teses. 2. Psicanálise e literatura - Teses. 3.
Barreto Lima, 1881-1922 - Crítica e interpretação. I. Próchno, Caio
César S. C. Próchno. II. Universidade Federal de Uberlândia. Pro-
grama de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 159.964.2



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



INSTITUTO DE PSICOLOGIA
Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Mestrado
Área de Concentração: Psicologia Aplicada

SHYRLEY PIMENTA

PSICANÁLISE E LITERATURA:

O CORPO HUMILHADO EM LIMA BARRETO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicologia Aplicada

Eixo: Psicologia da Intersubjetividade

Uberlândia, 01 novembro de 2007

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Caio César S. C. Próchno - UFU

Profa. Dra. Eleonora Estela Toffoli Ribeiro - UNIMINAS

Prof. Dr. João Bôsko Cabral dos Santos - UFU

*Para minha mãe, Linda,
cujo maior desejo era ter aprendido a ler e a escrever.*

(In memoriam)

AGRADECIMENTOS

Ao Ivan, amigo e companheiro de todas as horas.

Ao João Pedro, filho querido.

E a todos os que contribuíram, de alguma forma, para a concretização deste trabalho:

Dr. Caio César S.C. Prochno – Orientador

Dr, João Luiz L. Paravidini

Dra. Maria Lúcia Castilho Romera

Dr. João Bôsko Cabral dos Santos

Dr. Nilton Antônio Sanches

Direção e quipe de profissionais do CAPS ad

Professores do Mestrado em Psicologia Aplicada

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Marineide Dias de Sales Cabral, secretária do PGPSI

Sobre meu corpo se deitou a noite (como se

eu fosse um lugar de paina).

Mas eu não sou um lugar de paina.

Quando muito um lugar de espinhos.

Talvez um terreno baldio com insetos dentro.

Na verdade eu nem tenho ainda o sossego de

uma pedra.

Não tenho os predicados de uma lata.

Nem sou uma pessoa sem ninguém dentro –

feito um osso de gado

Ou um pé de sapato jogado no beco.

Não consegui ainda a solidão de um caixote –

Tipo aquele engradado de madeira que o poeta

Francis Ponge fez dele um objeto de poesia.

Não sou sequer uma tapera, senhor.

Não sou um traste que se preze.

Eu não sou digno de receber no meu corpo

os orvalhos da manhã.

(Manoel de Barros)

RESUMO

Este trabalho busca investigar e tecer considerações sobre o corpo humilhado na vida e na obra do escritor Lima Barreto. Para tanto, empreende um diálogo entre Psicanálise e Literatura, recorrendo, entre outras, às formulações teóricas de Birman, Freud e Lacan. São discutidas as formas privilegiadas de subjetivação na modernidade, tais como o narcisismo, o masoquismo e a servidão voluntária, como formas de proteção contra o desamparo, desencadeado no sujeito a partir da humilhação infligida à figura paterna no Ocidente, bem como a emergência do modernismo, que coloca em xeque o eu e a consciência, sublinhando o inconsciente e a Psicanálise como discursos críticos da modernidade. O estudo investiga, no mesmo contexto da modernidade, o processo de subjetivação do escritor Lima Barreto, as formas de defesa por ele assumidas para enfrentar o desamparo e as humilhações que lhe foram infligidas, sobretudo as decorrentes da sua cor e classe social. Através da reconstrução biográfica e da leitura, análise e interpretação das obras do escritor, buscou-se evidenciar as formas de enfrentamento do real por ele assumidas, notadamente a função da escrita literária. Conclui-se que as tentativas do escritor de reconstruir a própria singularidade, de fazer frente ao traumático da própria existência, via processo da criação literária, revelaram-se impotentes, diante da submissão voluntária ao registro da servidão: à cultura da época, ao trabalho burocrático, ao Estado, ao gozo mortífero, proporcionado pelo uso abusivo do álcool. O autor não conseguiu ordenar e dar sentido ao caos da própria existência, deixando-se tragar pelo vazio, pela pulsão de morte que o acompanhou desde a infância, não lhe permitindo perlaborar as perdas, o luto, o desamparo, o legado trágico da própria história pessoal e do contexto sócio-histórico em que viveu.

Palavras-chave: Modernidade, humilhação, desamparo, modernismo e sublimação.

ABSTRACT

This study investigates and elaborates considerations on the humiliated body in the life and work of Brazilian writer Lima Barreto. To accomplish this, a dialog is undertaken between Psychoanalysis and Literature, resorting to, among others, the theories formulated by Birman, Freud and Lacan. The privileged forms of subjectivization in modern times, such as narcissism, masochism and voluntary servitude, are discussed as means of protection against abandonment, which is triggered in the subject by the humiliation inflicted to the father figure in the Western world, as well as the emergence of modernism, that challenges the concepts of self and consciousness, emphasizing the unconscious and the Psychoanalysis as important ideas in modern days. This research also deals with, in the same context of modernity, the process of subjectivization of Lima Barreto, the mechanisms of defense adopted by him to confront the abandonment and the humiliations he suffered, specially the ones due to his skin color and social class. Through biographical reconstruction and reading, analysis and interpretation of this writer's works, an effort was made to identify the means he used to confront the reality, notably the function of literary writing. It is possible to conclude that the attempts of Lima Barreto to rebuild his singularity and battle the traumas of his own existence through the process of literary creation turned out fruitless, in face of the voluntary submission to servitude: to the period's culture, to the bureaucratic work, to the Government and to the deadly enjoyment provided by binge drinking. The writer was not able to organize and find meaning to the chaos of his existence, being swallowed by the void and the impetus of death that followed him since his childhood. This didn't allow him to properly process losses, mourning, abandonment, the tragic legacy of his own personal history and the social and historical context in which he lived.

Keywords: Modernity, humiliation, abandonment, modernism and sublimation.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	11
1 Introdução	12
1.1 O Corpo na Psicanálise	14
1.2 O Afeto em Freud	18
1.3 Freud e o Mal-estar na Modernidade	21
1.4 Modernidade e Desamparo	24
1.5 Modernidade e Modernismo	29
1.6. Psicanálise e Humilhação	32
1.7. Desamparo, Fantasia e Sublimação	34
1.8. Psicanálise e Sublimação: a Literatura	36
CAPÍTULO II	41
2. LIMA BARRETO: O HOMEM E A OBRA	42
2.1. Nascimento e Infância	42
2.2. Adolescência	49
2.3. Mocidade	53
2.4. Maturidade	54
2.5. O declínio	67
CAPÍTULO III	81
3. OBJETIVOS	82
3.1 Objetivo geral	82
3.2 Objetivos específicos	82
CAPÍTULO IV	83
4. Metodologia	84

4.1 Procedimentos	85
CAPÍTULO V	86
5. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	87
CAPÍTULO VI	113
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	118

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho investigou as experiências, os significados e os efeitos da humilhação na vida e na obra do escritor Lima Barreto, bem como seus reflexos no processo de individuação e subjetivação do escritor e de suas personagens. O tema, ainda não explorado, torna-se relevante para a compreensão do humano na modernidade, com suas crescentes formas de exploração e degradação, com seu real fragmentado e caótico, dificultando a produção de sentidos, a construção da subjetividade.

Optou-se por um diálogo entre psicanálise e literatura. A aproximação da literatura, na qual o afeto domina por excelência, com a psicanálise se dá porque ambas, ancoradas na linguagem, emprestam palavras para a expressão verbal dos sentimentos de humilhação que exerceram impacto sobre o cotidiano em crise do escritor Lima Barreto e de suas personagens.

Afonso Henriques de Lima Barreto, escritor pré-modernista, pagou um elevado tributo, no seu curto espaço de vida, à pobreza, ao racismo, à inveja que seu talento despertava entre seus pares. Foi um admirável criador de tipos, nos quais projetava os reflexos de sua alma atormentada e através dos quais lamentava, denunciava e alertava contra todas as espécies de injustiças praticadas contra os desprovidos da sorte.

E foi através da criação literária que o autor procurou resolver os problemas íntimos que intensamente o perturbavam. Os escritos de Lima Barreto deixam transparecer, sem sutilezas, os estigmas das muitas humilhações que sofreu pessoalmente, entre as quais a de ser mulato: “é triste não ser branco...” (Barreto, 1956d, p.33). Todavia, afirma Buarque de Holanda: “Haveria absurdo certamente em procurar nesses desajustamentos a explicação para toda a arte de Lima Barreto [...] que, no fim da vida, procurou deliberadamente a feiúra e a tristeza dos bairros pobres, o avesso das aparências brancas e burguesas...” (Holanda, 1956, p.13).

Os sentimentos de indignação e revolta, decorrentes da sua condição humana de humilhado e ofendido, determinaram a produção de sua obra, marcada pelo idealismo revolucionário, pela crítica contundente, por uma proposta de transformação social. Sua personalidade ressentida, frente à sociedade aristocrática que o menosprezava e ignorava, seus complexos de inferioridade econômica e racial são transferidos a suas personagens, que se revelam flagrantes auto-retratos do próprio escritor, do seu espírito de revide contra os poderosos, os proprietários de jornais, os políticos, os militares e os burgueses.

Em 1921, o escritor proclamou o seu casamento com a literatura. Todavia, à força de abandoná-la inúmeras vezes, pela boemia, pelo alcoolismo, pelos achaques e internações decorrentes do uso abusivo do álcool, o casamento parece ter fracassado. Sua obra como um todo parece vingar-se asperamente das humilhações sofridas. Percebe-se nela um humor agressivo, cuja intenção é transformar as personagens em caricaturas ridículas e grosseiras. O sarcasmo do escritor, seu humor cáustico, sua figura grotesca e trágica apontam previamente para um quixotesco e malgrado destino.

Este estudo busca, na confluência entre psicanálise e literatura, esclarecer as causas obscuras que levaram o escritor Lima Barreto, marcado pela pobreza, pelo alcoolismo e pela cor da pele, a um processo de “desnarcização”, de segregação e de exclusão, que, passando pela sua “pose às avessas”, culmina na doença e na morte precoce. Lima Barreto parece ter colocado a dor da humilhação no próprio corpo, como se canalizasse nele toda a força destrutiva das experiências de humilhação e de desamparo. Tais experiências, emergindo da vida atormentada do escritor, sulcam-lhe a carne, têm por destino o corpo, cuja pele escura é negada e renegada: “É triste não ser branco...” (Barreto, 1956d, p. 33).

1.1. O CORPO NA PSICANÁLISE

Uma característica da modernidade é a glorificação, a exibição e a exploração do corpo humano. Para Aristóteles (citado por Chebabi, 1999), o corpo é uma matéria informada, ou seja, tem uma extensão e é uma substância dotada de sentido. Se, na concepção platônica, o corpo aprisiona a alma, em Aristóteles, a alma é a forma do corpo. Para os clássicos, haveria uma interação entre corpo, a coisa extensa, e a alma, a coisa cogitante. Para Spinoza (citado por Chebabi, 1999), o corpo não é uma dimensão à parte do sujeito, mas uma extensão da mente, um ato da alma, enquanto Husserl (citado por Chebabi, 1999) o concebe como bilateralidade: uma coisa física e, ao mesmo tempo, instrumento da vontade, do exercício da liberdade.

Não dá para estabelecer, como o fizeram os cartesianos, uma dualidade entre corpo e subjetividade. Qualquer aspecto mínimo que afete o corpo afeta também o eu, pois “o corpo vivido é expressão da conjuntura em que se encontra o exercício da existência e do modo como se mostra o mundo” (Chebabi, 1999, p. 79).

O corpo sempre esteve presente na construção teórica da psicanálise. No texto do *Projeto*, Freud (1895) pretendeu chegar à metapsicologia, explicando os processos psíquicos em termos de neurônios, sinapses e quantidades de energia, ou seja, procurava no corpo aquilo que funcionava de forma silenciosa, automática, não volitiva: a causa e o fundamento dos processos psicológicos. Ao romper com as ciências naturais, Freud (1895) abre mão de uma realidade constatada, em favor de uma realidade construída, a realidade fantasmática, na qual o corpo deixa de se confundir com o biológico para inscrever-se, enquanto fantasma, no campo pulsional, na demarcação entre o anímico e o corporal. Dessa forma, Freud (1895) explicita a comunhão entre o psíquico e o orgânico, ambas manifestações da pulsão, do ímpeto de vida, que inclui o seu reverso, o ímpeto para a morte.

Assim, a corporalidade humana distingue-se da do animal, uma vez que ela é sempre atravessada pela liberdade, pela palavra e pelo sentido. Estudar o corpo em psicanálise é estudar o corpo pulsional. Em psicanálise, o corpo é fonte, objeto e veículo das pulsões. Principalmente após os escritos de 1920, a teoria freudiana ampliou, progressivamente, a compreensão do corpo para além da lógica da representação. O corpo é, portanto, palco e personagem das relações complexas que se estabelecem entre o psíquico e o somático. O somático habita o corpo que, revestido de uma operação de linguagem, é também o lugar da realização de desejos inconscientes. É por meio do corpo que o psiquismo se exprime. E o papel do inconsciente é tornar-se passagem, esse lugar necessário e misterioso, onde acontecem as relações complexas entre corpo e alma.

O conceito de pulsão, uma das contribuições mais relevantes da teoria freudiana, é por ele definido como um conceito-limite entre o psíquico e o somático. Por meio desse conceito, Freud (1920) articula sexualidade, inconsciente e linguagem. A pulsão se origina no organismo, está no corpo, ou parte dele, é somática e age como uma força constante, à qual não podemos escapar. A pulsão, essa espécie de limbo entre o psíquico e o somático, seria, então, um lugar a partir do qual se multiplicariam as possibilidades do humano.

Em seu texto de 1915a, *O Inconsciente*, Freud afirma que

uma pulsão não pode nunca tornar-se objeto da consciência; isso pode ocorrer apenas com sua representação. Mas, mesmo inconsciente, ela não pode ser representada por nada mais além de sua representação. Se a pulsão não se ligasse a uma representação ou não viesse a aparecer sob a forma de um estado de afeto, nós não poderíamos saber nada sobre ela (Freud, 1915a, p. 216).

Dessa forma, o corpo aparece como sendo habitado pela pulsão, a pulsão sendo aquilo que alimenta o corpo libidinal. A ênfase se coloca, portanto, na característica de ser a pulsão um representante psíquico das excitações que se originam no interior do corpo. O corpo é o lugar onde nascem as necessidades e os desejos; é no corpo que se revela a incompletude humana, a impossibilidade da auto-suficiência. Além de ser a sede das pulsões de vida e de morte, o corpo é também a sede dos fantasmas gerados por tais pulsões. Para Rosolato (1971), entre os fantasmas que habitam o corpo pulsional, na linha das etapas da evolução libidinal, que coloca em evidência a função erógena das zonas corporais, situa-se o *corpo da oralidade*, cujos temas são a destruição, o despedaçamento, a absorção, a incorporação, a fuga pela fantasia – fantasia que se constitui e é acionada pela palavra. E não há palavra que não seja corporal, pois o corpo humano é animado pelo sentido que lhe advém do outro.

No texto “O Id e o Ego” (1923), Freud afirma que o ego é, antes de tudo, um ego corporal, que se define por uma identificação com a imagem do Outro. Referindo-se ao ego como corporal, Maia (2001) afirma que os afetos vão se inscrevendo em nosso corpo, sobretudo no rosto, ao longo da vida. A depressão, por exemplo, vai esculpindo suas marcas nos músculos da face, na postura corporal, no jeito do olhar. E para Ansart-Dourlen (2005), o sentimento de humilhação é um movimento emocional doloroso que afeta pontos vulneráveis da afetividade. As repercussões do sentimento de humilhação atingem a representação, consciente ou inconsciente, que o sujeito possui de si mesmo. Dessa forma, a experiência humilhante torna-se o sintoma de uma ferida narcísica que implica na diminuição ou na perda da auto-estima, do sentimento de unidade interior, de integridade do eu, pois:

O espaço da intimidade, do corpo, é o lugar dos sentimentos mais profundos: lugar que abriga e protege o sentimento de existência, o sentimento de si mesmo; mas pode ser também um lugar ameaçador

para o eu, espaço de clausura, do sentimento de vulnerabilidade e de impotência, território onde a humilhação pode se exercer de maneira constante e inelutável (Haroche, 2005, p. 43).

Nossa constituição subjetiva é determinada pelo outro. E a percepção do outro se dá pela mediação do corpo e dos sentidos. O outro nos afeta, tanto exteriormente quanto interiormente, a partir de nossas vivências, das marcas externas psíquicas e corporais, anteriores ou atuais, presentes e atuantes na nossa história enquanto sujeitos.

O bebê nasce em estado de total desamparo. É a mediação do outro, a mãe, ou quem a substitui, que possibilita ao bebê a leitura gradativa do mundo, através dos sons, cheiros, toques e imagens. É a mãe, ou sua substituta, quem, através da satisfação de suas necessidades, faz cessar a tensão interna que o bebê, no seu estado de absoluto desamparo, é impotente para realizar. É por esse outro materno que passam as quantidades de excitação, provindas do exterior e do interior, antes que possam ser controladas pelo bebê.

Mesmo antes de seu nascimento, o bebê já existe no imaginário dos pais, que o desejam, que lhe escolhem um nome, que lhe projetam um espaço, um berço, um sexo. Muitas vezes, as expectativas idealizadas dos pais se frustram. Mas é diante dos encantos e desencantos do par parental que se abrem as possibilidades para o bebê de constituir-se enquanto subjetividade no seio da cultura.

Joel Birman (1996) afirma ser o Outro o lugar originário, o desvio obrigatório, por onde passam as forças pulsionais, antes de seu retorno ao organismo do bebê. É nesse sentido que Freud se refere a um ego corporal, essa projeção de superfície que remete à maneira como as excitações pulsionais são administradas pelo outro, que estaria sempre na origem da constituição do sujeito.

No início da vida, o choro do bebê exprime suas demandas e queixas. Suas sensações corporais desagradáveis (fome, sono, desconforto), expressas através do choro, devem ser

interpretadas e satisfeitas pela mãe. Escutar e interpretar o corpo do seu bebê requer que a mãe coloque nele investimento libidinal. Isso significa que a mãe precisa se ocupar do corpo da criança, nomear-lhe as partes, as sensações e funções, experimentando prazer nessa tarefa.

É a partir da relação prazerosa que a mãe estabelece com seu próprio corpo, associada ao prazer que experimenta no contato com o corpo do bebê, que se estabelecem as condições que permitirão ao bebê, posteriormente, a percepção do próprio corpo como um espaço unificado. Além disso, são esses prazeres parciais iniciais, que caracterizam a sexualidade infantil, que lançarão as bases da procura pelo amor objetal posterior. Assim, a mãe, não apenas garante a satisfação das necessidades, a conservação da vida, mas, ao mesmo tempo, promove o acesso ao prazer, à sexualidade.

É também a mãe que transforma o corpo de sensações do filho em corpo falado. É o investimento libidinal da mãe no corpo da criança que lhe permite o acesso à simbolização. Dessa forma, a linguagem, através das palavras, é, em si mesma, ato e descarga. Através dela o afeto pode “verter-se verbalmente” (Green, 1982, p. 28). O afeto acarreta a representação e vice-versa. Os dois elementos induzem-se mutuamente.

1.2. O AFETO EM FREUD

Muitos são os estudos dedicados ao tema do afeto, mas poucos lograram alcançar uma teoria psicanalítica do afeto, mais abrangente e satisfatória. A teoria de Lacan, não obstante sua releitura da obra de Freud, não se ocupa do afeto.

André Green (1982), que empreendeu um estudo psicanalítico do afeto em Freud e em teóricos pós-freudianos, afirma que o tema é complexo e que tanto a clínica quanto a teoria psicanalíticas “nos obrigam a incluir na categoria do afeto uma multidão de estados pertencentes à gama prazer-desprazer” (Green, 1982, p. 14). Isso significa que não existe uma

concepção única capaz de explicar teoricamente a angústia, a dor, a humilhação, o luto, enfim, a complexidade da construção dos afetos.

No artigo “As Neuropsicoses de Defesa” Freud (1894) afirma:

Nas funções mentais deve ser distinguida alguma coisa – uma quota de afeto ou soma de excitação - que apresenta todas as características de uma quantidade (embora não disponhamos de meios para medi-la), capaz de crescimento, diminuição, deslocamento e descarga, e que se espalha sobre os traços de memória, tal como uma carga elétrica se expande na superfície de um corpo” (Freud, 1894, p. 73).

Nos “Estudos sobre a Histeria”, Freud (1893) refere-se ao afeto como um investimento (beztzung) ligado à representação. Concepção semelhante aparece no texto sobre a “Repressão”, no qual Freud (1915c) alude a um “quantum” de energia psíquica ou “quota de afeto”, considerando como sinônimas as expressões “afeto” e “soma de excitação”. A esse respeito, Garcia-Roza (2000) afirma que, embora Freud tenha identificado “afeto” com “soma de excitação”, o significado dos termos é distinto. Para ele, embora ambos os termos remetam à questão quantitativa, à hipótese econômica de Freud, “soma de excitação” aponta para a origem da quantidade, enquanto “quota de afeto” estaria ligada à intensidade propriamente dita, algo que se destaca da representação e encontra vicissitudes próprias. Para o referido autor, as noções remetem muito mais à questão da intensidade que da quantidade. Para ele, o afeto, enquanto representante da pulsão, possui os aspectos quantitativo e qualitativo, ou seja, o afeto “pode ser tomado como expressão qualitativa da quantidade de excitação proveniente da fonte pulsional” (Garcia-Roza, 2000, p. 237).

Segundo Freud (1915b), não existem afetos inconscientes: “os afetos e as emoções correspondem a processos de descarga, cujas manifestações finais são percebidas como sentimentos” (Freud, 1915b, p. 204-5). Garcia-Roza (2000) nos adverte, entretanto, que, nesse caso, Freud faz alusão a afetos e sentimentos, numa clara indicação de que tais termos não são sinônimos, mas corresponderiam a etapas distintas do processo. Se a representação recalçada continua sua existência real no sistema inconsciente, o afeto denominado “inconsciente” seria aquele que foi impedido de se desenvolver, mas que permaneceu enquanto potência. Para Garcia-Roza (2000), o aspecto quantitativo do afeto seria referente às inervações motoras ou descargas, e o aspecto qualitativo estaria associado às sensações de prazer e desprazer que acompanham o afeto. Para ele, se a representação sofre recalçamento, o afeto a ela ligado é compelido a ligar-se a outra representação. Tal fato pode levar a consciência a atribuir as sensações de prazer ou de desprazer à representação consciente, quando, na realidade, o afeto estaria ligado, por associação e deslocamento, à representação recalçada. Daí a denominação de afeto “inconsciente”. Não podendo, portanto, ser recalçado, o afeto sofreria transformações em seu aspecto intensivo ou quantitativo, através dos seguintes mecanismos (Freud em carta ao amigo Fliess, 1894): 1) o afeto sofreria transformação (como no caso da histeria); 2) seria deslocado (como na neurose obsessiva); ou 3) seria trocado por angústia. (Freud, 1892-1899).

No seu texto “O Inconsciente” (1915a), Freud se ocupará dos destinos metapsicológicos do afeto, assim definidos: 1) o afeto permaneceria, no todo ou em parte, tal como é; 2) seria qualitativamente transformado (em angústia, por exemplo), ou 3) sofreria o efeito da repressão, sendo, portanto, impedido de se desenvolver. Nesse caso, esclarece Garcia-Roza (2000), o afeto recalçado seria trocado por angústia, sem que houvesse, necessariamente, uma representação a ele associada. Nesse caso, o afeto funcionaria como “sinal” da pulsão, ou seja, apontaria para rastros, indícios ou vestígios dela.

Dadas as dificuldades semânticas ligadas ao conceito e à equivocidade de sentidos associados ao termo, mesmo no interior da própria teoria psicanalítica, optamos, com Green (1982), por designar por “afeto” todos os aspectos subjetivos qualificativos da vida emocional no seu sentido mais amplo. E reafirmamos, com Maia (2001), que afeto, linguagem e sentido só podem adquirir forma e existência encarnados no corpo e o estrangulamento, ou ausência, de qualquer desses componentes é ocasião de dor e sofrimento. A autora aponta para os riscos psíquicos de uma maternagem inadequada, na qual o bebê é privado de afetos, de linguagem, ou de ambos. Nesse caso, a relação mãe-bebê torna-se mecânica, silenciada, truncando as relações primárias entre corpo, afeto e linguagem, dificultando ou impedindo a emergência de sentimentos compartilhados.

Portanto, é na relação com os pais, ou com quem os substitui, já imersos na cultura e portadores de afetos e linguagem, que se abrem para o bebê as possibilidades de constituir-se enquanto subjetividade. A humanização do bebê depende das potencialidades desse encontro. As relações primárias entre corpo, afeto e linguagem, adequadamente estabelecidas, tornam o sujeito apto a pensar os fenômenos sociais, culturais e políticos, como marcas da singularidade humana.

1.3 FREUD E O MAL-ESTAR NA MODERNIDADE

No seu artigo “O Mal-Estar na Civilização”, Freud (1929) demonstrou que a modernidade produziu conseqüências trágicas para a subjetividade humana, sendo o desamparo o seu sintoma mais relevante, fonte de dor e de perturbações psíquicas importantes.

Reportando às fases do desenvolvimento humano, Freud (1929) afirma que o desamparo provoca no bebê a necessidade e o anseio pelo pai. Nada há mais intenso na infância do que a necessidade da proteção de um pai. A origem da atitude religiosa, afirma ele, pode ser

remontada a esse estado primordial de desamparo do infante. A religião seria uma tentativa de encontrar consolo na crença em um pai onipotente e poderoso, capaz de proteger o ego dos perigos e ameaças do mundo externo. Trata-se de algo bastante infantil e alheio à realidade, afirma Freud, sendo humilhante a descoberta do grande número de pessoas, em todos os tempos, que não conseguem perceber que tal crença é insustentável.

Para Freud (1929), as dificuldades, sofrimentos, decepções e reverses da vida moderna levam o homem a fazer uso de medidas paliativas, de construções auxiliares que ajudam a suportá-los, tais como: derivativos poderosos (a religião, a atividade científica), satisfações substitutivas (oferecidas pelas artes em geral) e substâncias tóxicas, que aliviam o indivíduo e o tornam insensível ao sofrimento.

O que pedem os homens da vida, escreve Freud (1929), é a felicidade, a experiência do prazer, a ausência de sofrimento. Portanto, desde o seu início, o aparelho psíquico acha-se dominado pelo princípio do prazer. Mas, sendo a felicidade uma experiência intensa do sentimento de prazer, só possível de maneira episódica, ela só pode derivar de um contraste, e seu prolongamento produz apenas um leve contentamento. Assim, nossa própria constituição psíquica restringe nossas possibilidades de sentir felicidade, prazer intenso.

Por outro lado, o sofrimento nos ameaça de várias direções: a partir do próprio corpo, inexoravelmente condenado à doença, ao sofrimento e à morte; a partir do mundo externo, com seus respectivos fenômenos de destruição, potencializados atualmente pela ação humana sobre o ambiente; e, finalmente, o sofrimento mais penoso, que advém de nossos relacionamentos com os outros homens. Tudo isso fez com que o homem moderasse suas expectativas de felicidade, adequando o princípio do prazer ao princípio da realidade.

A tarefa que se impõe ao indivíduo moderno, portanto, é a evitação do sofrimento. Daí os métodos por ele utilizados para fugir ao desprazer, sabendo que aspirar ao gozo acima de qualquer prudência carrega em si mesmo a morte. No caso do sofrimento advindo dos

relacionamentos humanos, uma forma de defesa possível é o distanciamento voluntário do outro. Contra o mundo externo, abrem-se duas possibilidades: afastar-se dele, ou sujeitá-lo ao domínio humano, com o apoio da ciência.

Todavia, afirma Freud (1929), o método mais interessante de enfrentar o sofrimento é aquele que busca influenciar o próprio organismo, uma vez que todo sofrimento é sensação e só existe na medida em que a sentimos. Ora, o modo mais grosseiro de influenciar o organismo, diz ele, é a intoxicação, que altera as sensações e sensibilidades, maximizando a sensação prazerosa e imunizando contra o desprazer e os impulsos desagradáveis. As drogas intoxicantes afastam o indivíduo da realidade, abrindo-lhe um refúgio num mundo idealmente melhor.

Para o ser humano, a felicidade equivale à satisfação da pulsão e o sofrimento surge quando as necessidades pulsionais não são satisfeitas. Uma forma de o indivíduo libertar-se do sofrimento é agir sobre as próprias pulsões, dominando as fontes internas de suas necessidades. Uma outra forma de domínio do sofrimento seria através do deslocamento da libido, reorientada para outros objetivos, forma essa também chamada de ‘sublimação’, cujos exemplos podem ser encontrados na criação artística ou científica.

Entre as diferentes maneiras de buscar satisfação em processos psíquicos internos, situa-se aquela que é obtida através de ilusões, da vida da imaginação, tais como a fruição de obras de arte, o deleite estético, que nos afasta momentaneamente das aflições reais; há também a possibilidade de romper de vez com a realidade, substituindo seus aspectos insuportáveis por outros, mais adequados ao próprio desejo. É o que fazem os eremitas e os loucos; os primeiros, afastando-se de todo convívio social; os segundos, dando livre curso aos seus delírios e alucinações.

Mas há, ainda, continua Freud (1929), os que efetuam uma remodelação delirante da realidade, como forma de proteção contra o sofrimento, arrebanhando adeptos em massa: é o

caso das religiões humanas, que restringem as escolhas do indivíduo, impondo um mesmo caminho e estilo de vida a todos os seus adeptos.

A civilização, afirma Freud (1929), é a grande responsável pela infelicidade do homem, incapaz de tolerar as frustrações que ela lhe impõe. Apesar da longa lista de benefícios e gratificações, decorrentes dos progressos científicos e tecnológicos, cada vez mais sofisticados, o homem continua infeliz. O prazer proporcionado pela ciência e pela técnica, afirma Freud (1929), é um prazer ‘barato’, não proporcional ao preço que se teve de pagar por ele, ou seja, o desamparo.

A modernidade, rompendo relações sociais arcaicas e substituindo a religião pela ciência, impôs pesados sofrimentos a grupos humanos e indivíduos, até então imersos em relações patriarcais e adeptos fervorosos de uma visão religiosa do mundo. A modernidade rompeu os vínculos que existiam entre o homem e seus superiores naturais, deixando como único nexo entre eles o interesse, o cálculo, o pagamento à vista. A exploração, antes envolta nas ilusões religiosas e políticas, tornou-se, na modernidade, aberta, despuída, direta e brutal.

1.4 MODERNIDADE E DESAMPARO

Para Birman (2006), a psicanálise nasce e se inscreve num projeto de liberdade, que visa a ampliar o campo de mobilidade do inconsciente. Ao estender a psicanálise para o registro da cultura, Freud (1929) faz uma crítica contundente ao projeto da modernidade, cujos malefícios recaem sobre a individualidade, provocando um cortejo significativo das chamadas “doenças nervosas”, uma vez que a civilização é antagônica ao campo das pulsões.

O projeto de modernidade, transformando radicalmente as individualidades e comunidades, resulta no empobrecimento simbólico e nas conseqüentes formas de violência daí decorrentes. Basta pensar nas múltiplas modalidades de violência e mal-estar presentes

nas relações sociais, marcadas pela sofisticação tecnológica e nos conflitos entre povos e culturas.

No contexto da modernidade, Birman (2006) enfatiza o masoquismo como uma das formas de servidão voluntária, assumida pelo sujeito no enfrentamento do mal-estar provocado pelo desamparo. O autor, revendo o conceito de masoquismo em Freud, e sua estreita relação com a pulsão de morte, afirma:

O masoquismo seria a forma privilegiada de ser da subjetividade, que se protege dessa maneira triste de um suposto malefício maior produzido pela modernidade, qual seja, o desamparo. Vale dizer, para se protegerem do horror do desamparo, as individualidades se valem do masoquismo como ‘forma primordial de subjetivação’ (Birman, 2006, p. 26).

Ao destruir a autoridade da tradição, o contexto da modernidade levou junto as formas e meios sociais, então vigentes, de construção da identidade, que não mais é dada por antecipação, como antes, mas precisa ser construída, a partir de um complicado processo de escolhas, que acabou legando às subjetividades o pesado ônus do desamparo. O sujeito está agora entregue a si mesmo e deve se constituir com os próprios recursos. É essa falta de chão o que se abate sobre o indivíduo, provocando o mal-estar na modernidade, já apontado por Freud (1929).

Produzindo a quebra dos pressupostos da sociedade tradicional, a modernidade lança o sujeito num estado de nostalgia da figura paterna, enquanto referência primeira. Daí a emergência do seu desamparo, do qual decorre a sua servidão voluntária, na forma mais comum do masoquismo, enquanto mecanismo de defesa privilegiado.

Birman (2006) esclarece que, dessa forma, o conceito de masoquismo ultrapassa o de simples deleite com o sofrimento, ou seja, o do mero usufruto do prazer e do gozo com a dor. Para o autor, o que está no cerne do masoquismo, nesse caso, é o evitamento do desamparo e da dor que o acompanha:

(...) o masoquismo seria uma modalidade de subjetivação mediante a qual o sujeito se submete ao outro de maneira servil, seja de forma voluntária ou involuntária, pouco importa, para fugir do horror do desamparo (Birman, 2006, p. 28).

Isso acontece porque, na modernidade, como já foi dito, a identidade não é algo já pronto e dado, mas uma construção laboriosa a ser forjada pelo próprio sujeito.

Todavia, Freud (1929) já deixara claro: a identidade só se constrói a partir da perda do Outro. Há que se atravessar o território do desamparo, por mais difícil e insuportável que seja a sua aridez; há que se enfrentar o horror e o sofrimento na conquista do impossível desejo de ser si mesmo, pois, se a perda do Outro abre a possibilidade do desamparo, é essa mesma perda que possibilita o acesso ao desejo e à liberdade. E o masoquismo, nesse contexto, se coloca como um entrave: ao buscar evitar a perda e o desamparo, o masoquista, que negou, que não perlaborou a perda, entra no registro da servidão.

Imanente à modernidade, o desamparo constitui-se, assim, num estilo trágico de existência, uma vez que não pode ser eliminado por um simples ato da vontade. E é a psicanálise, como um efeito do discurso científico, que retoma o sujeito “desamparado” e esquecido pela própria ciência. Para Lacan (1988), o discurso da psicanálise seria o correlato da humilhação infligida ao pai no Ocidente, pois, se na modernidade a figura do pai é severamente humilhada, é o discurso psicanalítico que denuncia os efeitos dessa desordenação simbólica e

reorienta o sujeito na direção da figura paterna. Portanto, a emergência da psicanálise está ligada à humilhação infligida ao pai, da qual resultou o desamparo fundamental da subjetividade moderna.

De que pai se trata aqui? Para Birman (2006), esse pai humilhado é aquele da sociedade tradicional, chefe de uma família extensa, cujo poder se fundava na figura do próprio Deus, um poder que carregava a marca do ‘sagrado’ e que conferia suporte aos registros do sentido e da significação.

Reconhecer o significado da morte de Deus, com a conseqüente humilhação da figura paterna, foi a condição necessária para as transformações operadas pela modernidade, cujo resultado foi o modernismo e o trágico desamparo do sujeito. A morte de Deus, a humilhação do pai, leva ao esfacelamento da subjetividade. E a psicanálise surge como possibilidade de restaurar esse pai humilhado, pela via simbólica do Édipo.

Vimos que uma face do desamparo do sujeito moderno se mostra através das chamadas “doenças nervosas”, que revelam o desamparo do sujeito, a sua nostalgia do pai. Birman (2006), ao interpretar a modernidade, aproxima Freud de Nietzsche, Heidegger e Weber. Para este, o discurso racionalista moderno resultou num processo de desencantamento do mundo, enquanto Heidegger e Nietzsche enunciam a morte de Deus e o conseqüente desamparo a que ficou relegado o sujeito.

A psicanálise, diz Birman (2006), juntamente com a estética e certos movimentos de vanguarda do século XX, surge como possibilidade de ‘destino’ para o desamparo, enquanto mal-estar fundamental do sujeito moderno, como já pontuara Freud (1929).

Uma análise acurada do desamparo permite-nos apontar e ordenar as desventuras e o sofrimento psíquico, nas suas diferentes modalidades, que acometem a subjetividade do homem moderno. Uma das formas desse sofrimento psíquico recorrente, já apontada também por Freud (1929), é aquela que se ancora na recusa, na denegação, nas diferentes formas de

servidão com que o sujeito humano tenta lidar com a dor provocada pela experiência do desamparo:

Se o desamparo revela a fragilidade da subjetividade num mundo onde Deus está morto e que não se pode mais confiar na proteção do pai, já que este foi humilhado, as diversas modalidades assumidas pelo masoquismo e pela violência são os meios privilegiados [...] para que o sujeito possa dominar, custe o que custar, o seu desamparo (Birman, 2006, p. 51).

Buscando proteção para seus infortúnios, muitos se submetem, afirma Birman (2006), à servidão voluntária, abrigando-se sob a chancela de uma instituição de poder, capaz de protegê-los nas relações sociais e de trabalho, garantindo-lhes, ao mesmo tempo, a sobrevivência. Nesse caso, estabelece-se entre instituição e sujeito uma espécie de pacto sado-masoquista, abrindo espaço para outras formas de violência, alimentadas pelo rancor e pela humilhação decorrente da posição servil.

Ainda no contexto da modernidade, e numa tentativa desesperada de encontrar alívio para as dores e inibições psíquicas que o afligem, o sujeito recorre, não raro, à medicina, à psiquiatria, aos psicofármacos, às drogas lícitas ou ilícitas. É a medicalização, a sedação do sofrimento, a busca do gozo mortífero e momentâneo, que alimenta a ilusão de que a dor do desamparo pode ser negada, eliminada. Surgem práticas religiosas e terapêuticas salvadoras, fundamentadas na religião e nos textos de auto-ajuda, oferecendo diferentes modalidades e paliativos ao sofrimento e ao mal-estar provocados no sujeito pela vivência do desamparo.

1.5 MODERNIDADE E MODERNISMO

Múltiplos são os conceitos e variadas as caracterizações da modernidade, cuja problemática se inscreve em diferentes instâncias: política, filosófica, histórica, social e assim por diante. Assim, sendo a modernidade um conceito pluridimensional, sua leitura se faz também por múltiplos e diferentes enfoques. Apesar disso, afirma Birman (2006), no cerne do conceito de modernidade, situa-se, sempre, um projeto de cultura, um projeto identitário.

Construída inicialmente na Europa, a modernidade assume desdobramentos em escala mundial. Atualmente, sobretudo entre os norte-americanos, há os que apostam no fim da modernidade, que estaria sendo tragada pela pós-modernidade, cujo cotidiano submete-se às solicitações do novo, das modas, do gozo imediato, levando o sujeito a debater-se num tempo mal sinalizado, conflituoso, fragmentado.

Tal como o tempo, a lógica da modernidade se manifesta sob a égide da racionalidade instrumental, da eficácia, do progresso acelerado das ciências e das técnicas, do desenvolvimento humano produtivo e da busca crescente da sujeição, da dominação da natureza e do outro. Submetido ao controle da mídia, da informação e da publicidade, o indivíduo progressivamente se banaliza, absorvido e nivelado pela sociedade de consumo, acabando por tornar-se, ele próprio, “pronto para ser consumido, porque entregue a uma ordem canibal” (Balandier, 1997, p. 142). Dito de outra forma: o que existe hoje é uma radicalização do projeto e dos pressupostos da modernidade.

Birman (2006) aponta a diferença e a relação existente entre os termos modernidade e modernismo. Para ele, a modernidade coloca o eu, a consciência e a razão no centro do mundo. A modernidade é antropocêntrica e antropológica, ou seja, é o homem, a construção do indivíduo, a medida de todas as coisas.

Se, na Antigüidade grega e romana, o homem se inscrevia na totalidade do cosmos, na modernidade rompe-se esse holismo, essa unidade homem/cosmos e ganha lugar a expansão do homem enquanto indivíduo, atrelado aos múltiplos fenômenos de vanguarda, à expansão e à difusão em massa dos produtos culturais.

No discurso social e, por extensão, no discurso sobre os sentimentos, o eu ocupa a cena, numa direção eminentemente narcísica, e a individualidade é marcada pelas oscilações entre “o amor de si e o amor do outro” (Birman, 2006, p. 40). O espaço que medeia entre o indivíduo, a economia e a política é eminentemente liberal, isto é, a distância entre o eu e os outros é demarcada pelo lucro, pelos direitos e pelo poder. O eu deixa de ser percebido interiormente de forma autêntica para transformar-se num cálculo de sobrevivência e sucesso social. O discurso científico ganha terreno sobre o filosófico e o teológico, e a tecnologia, cada vez mais avançada, é a expressão prática desse exercício exacerbado da razão. Portanto, é a emancipação do homem frente ao jugo do divino, já que deus está morto, a marca por excelência da modernidade. Vários mitos, citados por Birman (2006), entre os quais os de Fausto, Prometeu e Frankenstein, remetem para a idéia de que o homem não teme aliar-se ao mal (vender a própria alma ao diabo, se preciso for) em nome da autonomia e de seu poder soberano sobre o mundo.

Em oposição à modernidade, o conceito de modernismo coloca em questão o eu e a consciência, considerados agora, segundo Birman (2006), ‘destino’ e não ‘origem’. Dessa forma, três grandes nomes anunciam a ruptura com a modernidade: Marx, na esfera político-econômica, Nietzsche, dimensionando a verdade como produto de um jogo de forças entre os indivíduos, e Freud, que inscreve o eu e a consciência sob o domínio de forças determinadas pelo inconsciente.

No contexto do modernismo, portanto, o eu e a consciência são projetos de construção: o sujeito é atraído pelo novo, pela atualidade. Um mundo em processo permanente de mudança

define a característica do sujeito no modernismo, isto é, a curiosidade, a atração pela novidade, pela atualidade. Enquanto consciência crítica da modernidade, afirma Birman (2006), o modernismo produz a psicanálise, uma espécie de autoconsciência da modernidade. Se a modernidade centrou a figura do indivíduo no eu, o modernismo e a psicanálise vão realizar o descentramento do eu em relação ao inconsciente, às forças pulsionais que movimentam o sujeito.

No discurso freudiano, a tese do descentramento do sujeito foi se construindo devagar, a partir de uma pluralidade de possibilidades, entre as quais o conceito de pulsão de morte. Nesse descentramento do eu, um papel de destaque é conferido ao ‘desejo’, que se impõe como protagonista na cena psíquica. É o desejo que move o sujeito na direção daquilo que deseja capturar, mas que o transcende. Trata-se de um ‘objeto’ do desejo, aquilo que impulsiona o sujeito na direção do novo, da atualidade. Dessa forma, o desejo ocupa um lugar estratégico no registro da arte, no processo da criação. O projeto do modernismo implica uma invenção permanente de linguagens, revelando o desejo perene de reinvenção do mundo, através de novos códigos de vanguarda.

A reinvenção do espaço social só pode ser levada a cabo pela inquietação do desejo, pela sua potência revolucionária. O descentramento do eu, a atração pelo novo e a transformação contínua do real, posta em ação pela potencialidade do desejo, caracterizam o modernismo, cujo correlato, afirma Birman (2006), é o desamparo produzido pela modernidade.

O modernismo se revela, então, como autoconsciência e crítica da modernidade, colocando a descoberto a sua dimensão problemática para a construção da subjetividade: “o modernismo é um sintoma da modernidade, o que faz retornar de forma trágica o que esta quis recusar com as pretensões do sujeito de ser autônomo e soberano, isto é, centrado nos registros do eu e da consciência” (Birman, 2006, p. 47).

1.6 PSICANÁLISE E HUMILHAÇÃO

Vimos que, à morte de Deus, na modernidade, segue-se a humilhação infligida à figura paterna e o conseqüente desamparo do sujeito. Desamparo que a psicanálise, enquanto consciência crítica da modernidade, tenta contornar, reorientando o sujeito na direção do próprio desejo. Entretanto, que outras contribuições a psicanálise poderia dar para uma reflexão sobre o tema da humilhação?

Freud (1919), em “Uma Criança é Espancada”, afirma: “depressa se aprende que ser espancado, mesmo que não doa muito, significa uma privação de amor e uma humilhação” (Freud, 1919, p. 234).

A experiência da humilhação pode acompanhar o sujeito ao longo da sua história e, não raro, está presente na clínica sob a forma de queixa, de sofrimento.

Azevedo (2005), buscando na etimologia a raiz lingüística do termo humilhação, encontrou, entre uma multiplicidade de outros sentidos, o adjetivo latino *humilis*, significando “baixo”. Para a autora, a humilhação é um termo que implica um processo relacional que se dá entre duas instâncias: a que *sofre* a humilhação e a que a *pratica*.

Recorrendo ao grego, podemos perceber que a ação de humilhar, *humilh-ação* se bifurca entre práxis (prática) e *páthos* (sofrer). Azevedo (2005) nos adverte que, nesse caso, o foco semântico do termo recai sobre a instância que sofre, recai sobre o páthos, o patológico. O termo humilhação remete, portanto, àquele que sofre, à dimensão do páthos.

Assim sendo, continua a autora, a humilhação é um *efeito*, uma *afetação do sujeito*. Se, para a etimologia, a humilhação é uma queda, um rebaixamento do sujeito, a psicanálise tenta, através de seus conceitos teóricos e técnicos, analisar, interpretar, compreender esse sujeito, no contexto da modernidade, afetado pelo desamparo e pela humilhação.

Portanto, a humilhação, do ponto de vista da psicanálise, e no contexto da modernidade, onde a humilhação do pai acarreta o desamparo do sujeito, com todo o cortejo de aflições que esse desamparo produz, pode ser pensada como um *deslocamento do sujeito de determinada posição* em relação ao saber e carrega consigo uma dimensão de perda (Azevedo, 2005:50).

Na humilhação é como se o Outro, o grande Outro da cultura, se revestisse de um saber absoluto sobre o humilhado. A humilhação comporta, então, uma espécie de negação do sujeito, como se ele se inscrevesse numa dimensão que nega a sua existência como sujeito, reduzindo-o ao fracasso. O sujeito deixa de ser representado como tal, e passa a ser representado como objeto. Objeto que a teoria lacaniana (1985) vai chamar de “objeto a” – objeto que não corresponde a algo específico, mas que “marca a presença de um vazio, a perda de um objeto mítico que traria a satisfação plena ao sujeito” (Azevedo, 2005, p. 51).

O objeto “a” seria, portanto, a letra que designa, além do objeto da pulsão, do desejo, também a noção de pedaço do corpo perdido pelo sujeito na relação com a linguagem, como um resto que não pôde ser simbolizado. Nesse sentido, a humilhação pode ser pensada como “um processo que rebaixa o sujeito ao nível de objeto, rebaixamento que recobre dimensões de imaginário, de simbólico e de real da experiência subjetiva” (Azevedo, 2005, p. 52).

Enunciar, a respeito do sujeito, ‘tu és isso, ou aquilo’, como o faz a modernidade, é reduzir ao nada, ao vazio, sua existência; é aboli-lo como sujeito. O sujeito, afetado de maneira impactante, pelo processo da humilhação, ao qual a modernidade o sujeitou, pode sofrer o fenômeno da clivagem, daquilo que Freud (1938) chamou de *spaltung*.

Tentando adaptar-se à “normalidade” de seu próprio tempo, o sujeito pode querer atender prontamente às exigências da burocracia e da ideologia de consumo de sua época, a ponto de deixar-se dominar por esse grande Outro (a burocracia, a tecnologia, o ideal de consumo), cujos efeitos subjetivos se farão sentir de diferentes formas, todas elas contribuindo para o apagamento da sua singularidade.

1.7 DESAMPARO, FANTASIA E SUBLIMAÇÃO

Dentre as vias apontadas por Freud (1929) para se lidar com o desamparo, instituído pela modernidade, e capaz de barrar os efeitos mortíferos da pulsão de morte, situa-se a sublimação, enquanto um desdobramento possível para a estruturação da subjetividade, constituindo no sujeito a possibilidade de amar, trabalhar e criar. A sublimação seria, portanto, uma forma comum de relação entre a exigência pulsional e a fantasia.

A fantasia, portanto, é uma das formas de abordagem da realidade. Para a psicanálise, o conceito de fantasia foge ao senso comum, que a compreende como ilusão, delírio, um falseamento da realidade.

Retomando a teoria freudiana, Lacan (1986) distingue três dimensões na fantasia, relacionando-a aos três registros psíquicos por ele propostos: o *real*, aquilo que é da ordem do impossível, aquilo que não pode ser apreendido pela linguagem; o *simbólico*, isto é, o registro da linguagem e da lei; e o *imaginário*, cuja característica é o domínio da imagem, o mascaramento do real, a dissimulação da sua estrutura de impossível e de buraco, o registro do eu e da sua ilusória completude.

No texto “Escritores Criativos e Devaneios”, ao teorizar sobre a fantasia, Freud (1908) vai situá-la numa relação direta com o desejo. Para ele, a fantasia é produzida para satisfazer um desejo: “as forças motivadoras das fantasias são os desejos insatisfeitos, e toda fantasia é a realização de um desejo, uma correção da realidade insatisfatória” (Freud, 1908, p. 152).

Posteriormente, Lacan dirá que a fantasia é a base que sustenta o sujeito, isto é, “a fantasia, em seu uso fundamental, é aquilo mediante o qual o sujeito se sustenta no nível de seu desejo evanescente” (Lacan, 1998, p. 643).

O brincar e o fantasiar se sustentam num prazer narcísico, auto-erótico. O erotismo na psicanálise remete ao conceito de pulsão, que Freud (1915c) situa no espaço limítrofe entre o

somático e o psíquico. Para Freud (1915c), toda pulsão busca a satisfação sem, todavia, lograr alcançá-la. É nessa impossibilidade, no contexto dessa insatisfação, que a fantasia se situa. Diante da demanda pulsional, diversas são as formas assumidas pela fantasia, com vistas a lidar com a insatisfação. Uma delas é a sublimação.

Escrevendo sobre o narcisismo, Freud (1914) explora o terreno nebuloso da sublimação, afirmando que, nesse caso, a satisfação da pulsão se dará num outro lugar que não o seu alvo inicial, o da satisfação sexual. Assim, na sublimação, o alvo deixa de ser sexual, sem ser sublime, na acepção estética do termo. Tal fato, na verdade, ratifica a natureza mesma da pulsão, o seu afastamento do conceito de instinto. Ressaltando a relação da pulsão com a “coisa” (a “das ding” de Lacan (1986)), o objeto faltante, para sempre perdido, enquanto satisfação absoluta, a sublimação se articularia à pulsão de morte, pois o gozo da coisa, enquanto vazio e marco do inatingível, só pode ser da ordem do mortífero.

Nesse sentido, afirma Lacan (1986), o objeto “a” se coloca como uma metonímia da “coisa”, uma parte dela pelo seu todo, ou seja, o objeto “a” nos acena com a possibilidade de um acesso apenas parcial à coisa (que satisfaria o desejo), ao mesmo tempo em que nos afasta dela. Para Lacan (1986) é a “coisa”, e não o objeto pulsional, o que se situa no cerne da economia libidinal.

Baseado nessa distinção entre objeto e “coisa”, e a partir do lugar que essa coisa ocupa na organização da pulsão sexual, Lacan (1986) propõe uma outra definição de sublimação. Para ele, sublimar é elevar o objeto à dignidade da “coisa”. Isso significa que sublimar não seria apenas substituir um objeto de satisfação por outro, mas trata-se de buscar a satisfação num rearranjo pulsional, em acercar-se do vazio e recriá-lo, em criar a partir dele e, mesmo, em recriar-se nesse vazio.

Se a psicanálise pensa a humilhação como o rebaixamento do sujeito à condição de objeto-dejeto, a sublimação faz o inverso: eleva o objeto à dignidade de “coisa”. E é nessa operação

de reversão que a fantasia assume um papel essencial. É por meio da fantasia, das figuras, metáforas ou imagens que utiliza, que o escritor inconscientemente se revela: seus gostos e desgostos, associações de idéias, atitudes, crenças e experiências vividas. Construídas no calor do sentimento ou da paixão, as fantasias, os quadros imaginativos, as experiências vividas através dos sentidos, da mente ou das emoções, são símiles, analogias que participam intensamente da vida e da verdade. Por isso, as fantasias nos comovem e perturbam de um modo tal que a lógica e a razão não conseguem explicar, dando contorno e forma a verdades ocultas, de outra forma inexprimíveis.

1.8 PSICANÁLISE E SUBLIMAÇÃO: A LITERATURA

A literatura, com seu valioso tesouro de significações, tem contribuído para o avanço das interrogações e elaborações da psicanálise. Muitas são as referências literárias nas quais a psicanálise buscou fundamentos para seus conceitos, incluindo a articulação entre pulsão e fantasia.

A fantasia, em seu sentido analítico e ficcional, é a inquestionável realidade psíquica. A obra de um escritor é uma grande e eloqüente fantasia, sobre a fantasia que foi a sua própria vida. Seu relato é dirigido aos leitores, dos quais deseja receber atenção e visibilidade. Dirigindo sua narrativa a um Outro, tudo o que o escritor deseja é ser escutado, tal qual acontece na situação analítica.

O autor, sendo sujeito da narrativa ficcional, é também objeto da mesma. A narrativa ultrapassa o enunciado, os fatos relatados, para revelar-nos a enunciação, aquilo que ultrapassa o dito, o que se mantém esquecido atrás do dito, do ouvido (ou do lido). Freud (1908) já dissera que a literatura é uma escola que nos ensina a “ler” textos e almas.

Dessa forma, na esteira do que nos ensinam a psicanálise e a literatura, a narrativa do escritor, melhor dizendo, sua enunciação, torna sua história visível e inteligível. A narrativa coloca em cena, presentifica, o seu passado, aquilo que não pode deixar de ser lembrado, revivido, e, ao mesmo tempo, inscreve o seu presente no passado, enquanto busca no horizonte distante um futuro, um devir possível. Assim, presente, passado e futuro se articulam naquilo que Freud destacou em relação à fantasia: “passado, presente e futuro são por assim dizer tecidos juntos, pelo fio do desejo que os perpassa” (Freud, 1908, p. 153).

A partir de seu corpo, afetado pelo desamparo e pela humilhação, o escritor como que empunha a “pena”, um instrumento claramente simbólico, que lhe confere poderes especiais: o de criar textos, criar histórias, torná-las públicas, endereçá-las ao Outro, implicar nelas outros tantos, denunciar, colocar o dedo nas próprias feridas e nas feridas sociais. A pena, transformada pela magia que a literatura lhe confere, torna-se, potencialmente, um objeto de luta que, a seu modo, fere, subjuga, “mata”.

Para Freud (1908), a irrealidade do mundo ficcional permite ao narrador entrar em contato com suas questões internas que seriam, de outra forma, intoleráveis. É a fantasia que produzirá efeitos tanto no narrador, quanto no leitor. Nesse caso, afirma Azevedo (2005), prazer e fantasia caminham juntos, a fantasia possibilitando encenações do material recalcado, produzindo sintomas, deslocamentos, metafóricos ou não, de conteúdos inconscientes. “Realidade e fantasia tornam-se sinônimas na gramática da ficção e da psicanálise” (Azevedo, 2005, p. 67).

O discurso psicanalítico e o discurso literário agem um sobre o outro de forma interpretativa, ou seja, “um é o leitor do outro” e vice-versa (Azevedo, 2005, p. 57). Um discurso estabelece implicação com o outro; usa-se um dos discursos para fazer a leitura do outro, *a partir de um ponto de vista interno*. Não se trata de usar um dos discursos para tão

somente explicar o outro, mas de um discurso que implica o outro, que tece junto a trama, que entretece, promovendo a urdidura dos fios.

Na implicação do discurso literário com o discurso psicanalítico podemos focar o corpo afetado pelas experiências de humilhação, postas em relevo nas narrativas dramáticas do sujeito. O próprio Freud (1908) já sublinhara esse aspecto dramático e teatral da fantasia. O protagonista da experiência de humilhação é objeto de uma trama, de uma urdidura, cujo objetivo é denegá-lo como sujeito, é reduzir a nada sua existência. Já vimos que, considerada em termos psicanalíticos, a humilhação se define como essa experiência de queda, de rebaixamento, que tende a negar a existência do sujeito, a reduzi-lo à condição de objeto.

Explorando a articulação entre pulsão e fantasia arcaica, a partir do corpo afetado pela humilhação, podemos introduzir o conceito de pulsão de morte, trabalhado por Freud (1920) em “Para Além do Princípio do Prazer”. Nesse texto, ele afirma que o objetivo de todo organismo vivo é voltar ao estado inanimado, eliminando, dessa forma, todo estado de tensão. Ora, se fantasia e pulsão de morte estão imbricadas, é o dualismo pulsional, a pulsão de vida versus a pulsão de morte, que permitirá ao psiquismo enfrentar tão trágica imbricação. A fantasia, concretizada na obra literária, é uma das possibilidades sublimatórias colocadas pela psicanálise, para fazer frente a tão trágico destino.

Aproximar literatura e psicanálise, portanto, é desenvolver um jeito divergente de olhar, capaz de conduzir à apreensão de significados para além do que é mera aparência, em favor do que está subjacente nas entrelinhas. Afeito ao imaginário, o escritor se desobriga da obediência servil ao real, adquirindo ampla e total liberdade de refletir e experimentar. Entendida como uma construção sem utilidade aparente, a literatura permite entrever o mistério e o paradoxo, num mundo, dito moderno, onde tudo precisa ter uma função.

A literatura permite a cada homem transformar o mistério e o inútil, a humilhação e o sofrimento dela decorrente, em criação. A literatura tenta dar um sentido ao caos, ao

desamparo e à humilhação em que a modernidade mergulhou o sujeito, abrindo-lhe a possibilidade de reinvenção desse caos, da reinvenção de si mesmo.

Trata-se, portanto, de descobrir e recontar (ou escrever) antigas histórias, capazes de fazer laços com a história atual, abrindo espaço e permitindo a circulação e a reinvenção de outras histórias, cenários, por excelência, capazes de encenar e atualizar a intensidade libidinal, os jogos apaixonados da infância. É nessa desrealização que a literatura, enquanto linguagem, repousa e encontra sua razão de ser. Optar pela força expressiva da literatura é acreditar que não existe uma separação rígida entre ficção e realidade, ambas alicerçadas na linguagem, na ausência. Como afirma Hermmann (2002): A ficção

(...) permite capturar o instante em que a emoção viva mostra sua lógica rigorosa, em que a história se transforma em transferência, em que as duplicações sub-reptícias do sujeito se cristalizam em palavras concentradíssimas de sentido em vórtice [...]. As ficções são como os fios numa tapeçaria: criam os desenhos ao aflorarem a superfície do tecido, mas são os nós, ocultos no avesso, que sustentam a trama. Sendo ficção, do autor se desdobra um narrador e, deste, as personagens. Mas, [...] esses eus que se desdobram por duplicação sub-reptícia não passam de indecisas personagens, que se tentam disfarçar de autor, de narrador e de sujeito da própria história, assim como o fazem todos os homens (Hermmann, 2002, p. 7-8).

Frente às situações de humilhação que visam ao seu rebaixamento, o sujeito moderno opõe suas formas de resistência, abertas ou camufladas. Suas reações, diante do desamparo e da humilhação, podem assumir diferentes formas e efeitos: de recalque, de enclausuramento em si mesmo, de revolta, de sofrimento silencioso, de autodestruição, ou de sublimação. Uma

das formas de sublimação é a escrita literária. A literatura seria uma espécie de tela de projeção que receberia, de forma fantasmática, as situações que o sujeito experimentou, que o afetaram na sua realidade interna/externa.. O sujeito moderno, que perdeu as certezas simbólicas construídas pela sociedade tradicional, que, até então, o sustentavam, ficou entregue ao desamparo, compelido a tornar-se um escritor de si mesmo, buscando, no exercício da escrita, uma forma de vincular-se ao outro, de estabelecer um sentido para a própria vida, de utilizar a fantasia como defesa diante das situações traumáticas que lhe foram impostas pela modernidade. Vejamos como isso se deu na construção subjetiva do escritor Lima Barreto.

2. LIMA BARRETO: O HOMEM E A OBRA

2.1 NASCIMENTO E INFÂNCIA

[...] O menino também puxava, nos becos de sua aldeia, por um barbante sujo umas latas tristes. Era sempre um barbante sujo. Eram sempre umas latas tristes... (Manoel de Barros)

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu numa chuvosa sexta-feira, no Rio de Janeiro, a 13 de maio de 1881. De família pobre, era filho de pais mestiços, moradores em um dos subúrbios cariocas. Seu pai, João Henriques de Lima Barreto, era um mulato quase preto que, apesar de liberto, trazia na pele o estigma da cor. Foi tipógrafo no *Jornal do Comércio*, no *A Reforma* e na Imprensa Nacional, sendo, posteriormente, nomeado almoxarife das Colônias de Alienados, na Ilha do Governador.

Filho de uma escrava e de um português, que não o reconheceu como filho, João Henriques estudou Humanidades no Instituto Comercial da Corte e fez os preparatórios para a Escola de Medicina: queria fazer-se “doutor”, para ser respeitado e admirado.

A mãe de Lima Barreto, Amália Augusta, era filha de uma escrava liberta que pertencera à tradicional família Pereira de Carvalho, que lhe emprestou o sobrenome, e sob cuja proteção cresceu e formou-se professora de primeiras letras. Aos quinze anos, foi pedida em casamento por João Henriques.

De compleição nervosa frágil, o compromisso assumido e a perspectiva de embaraços financeiros futuros, com ameaça de pobreza e desgraça, levaram João Henriques a uma primeira crise nervosa, que o obrigou a um longo tratamento, custeado por Afonso Celso, um dos chefes do Jornal Liberal *A Reforma*, onde o tipógrafo trabalhava.

Após uma permanência de seis meses no hospital, e mais uma cura de repouso em Caxambu, custeada por um prêmio de loteria, finalmente, a 8 de dezembro de 1878, o tipógrafo pôde realizar o sonho de casar-se com Amália Augusta, tendo por padrinho o mesmo Afonso Celso, seu chefe e amigo, futuro Visconde de Ouro Preto.

O casal instalou-se no bairro de Laranjeiras, onde João Henriques montou um pequeno colégio para meninas, o *Santa Rosa*, dirigido por Amália Augusta, que o incentivava a continuar os estudos, os exames preparatórios à Escola de Medicina. Mas a felicidade foi passageira. Em breve vieram os dissabores, as dificuldades de dinheiro, a doença.

Em setembro de 1879, por ocasião do nascimento do filho primogênito, Amália Augusta quase morreu e a criança, um menino, batizado apressadamente com o nome de Nicomedes, veio a falecer, oito dias depois de nascido. O parto difícil deixou seqüelas em Amália: um sério traumatismo, ao qual se seguiu uma paralisia das pernas, que a obrigava a locomover-se com o uso de muletas. Sua saúde nunca mais foi a mesma. E o orçamento doméstico se ressentiu disso, uma vez que o *Santa Rosa* foi fechado e o dinheiro que dele advinha, ainda que pouco, auxiliava nas despesas.

Há que registrar-se que a cidade do Rio de Janeiro, cuja população, à época, somava cerca de trezentos mil habitantes, vivia a revolta contra o imposto do vintém. O custo de vida era alto: “(...) um par de botinas de verniz do melhor couro da Rússia custava a bagatela de 7 mil-réis e um maço de cigarros não ia além de 120 réis (Assis Barbosa, 1981, p. 17).

No dia em que se comemora Nossa Senhora dos Mártires, 13 de maio, uma sexta-feira enevoadada e chuvosa do ano de 1881, nasce o menino Afonso Henriques. Todos os elementos parecem prefigurar a má sina que aguardava o recém-nascido. O primeiro nome, Afonso, foi uma homenagem do pai ao padrinho e amigo, Afonso Celso, o qual agora lhe apadrinha também o filho. Henriques era o segundo nome do próprio pai. Foi batizado sob a égide de

Nossa Senhora da Glória, de quem o pai era devoto. E sobre o fato, posteriormente, o romancista registraria:

A Glória, do alto do outeiro, com o seu séqüito de palmeiras pensativas, provocou-me pensar e rememorar minha vida, cujo desenvolvimento – conforme os votos que os meus exprimiram no meu batismo – se devia operar sob a alta e valiosa proteção de Nossa Senhora da Glória (Barreto, 1956k, p. 39).

E entre o martírio e a glória se desenrolará o destino do homem Lima Barreto.

Em 1882 nasce Evangelina, a terceira filha do casal. A essa altura, o pai já desistira do projeto de tornar-se médico. Exercia a função de tipógrafo na Imprensa Nacional, emprego público conseguido graças à influência de Afonso Celso, que ocupava, então, o Ministério da Fazenda.

A saúde de Amália Augusta se debilitava cada vez mais, a ponto de a família mudar-se para as proximidades da praia de Santa Luzia, para facilitar-lhe os banhos de mar, recomendados pelo médico. Já não podia lecionar as primeiras letras. O *Santa Rosa* fechara as portas. E ela dedicou-se aos filhos e aos afazeres domésticos, tanto quanto lhe permitia a saúde precária. Dela o pequeno Afonso se lembrará sempre: “com seus tristes vestidos e aquele olhar que o mirava sempre fosse em que circunstância fosse, onde havia, mesclados, terror, pena, admiração e amor” (Barreto, 1956i, p. 57).

Em 1884 nasce Carlindo, o quarto filho. A mãe cada vez mais combalida. A vida se complicando, a família decide mudar-se para o subúrbio, onde o clima era mais saudável e o custo de vida mais barato. Grávida do quinto filho, Amália Augusta não suportou os ares de

Boca do Mato, bairro tido como possuidor de ares propícios a curar moléstias do peito. E a família muda-se para Catumbi, onde nasce Eliézer, em 1886.

Tentando salvar Amália, cuja saúde se agravava, João Henriques corta todas as despesas supérfluas e muda-se para o clima de montanha, em Paula Matos. Mas seu sacrifício é inútil: Amália Augusta morre, de tuberculose galopante, em dezembro de 1887, deixando Afonso Henriques com apenas seis anos, e o caçula com menos de dois.

A morte da mãe, assim registra o biógrafo de Lima, Assis Barbosa (1981), desceu como uma sombra no coração do filho; sombra que nunca mais se dissipará: “Isto foi quando eu tinha seis anos. Meu pai tinha enviuvado e nós morávamos em uma casa muito pobre da Rua do Riachuelo...” (Barreto, 1956e, p. 266).

Foi com a mãe que o menino Afonso aprendeu as primeiras letras. Com a morte da mulher, João Henriques, apertado de dinheiro, muda-se para uma casa simples, na rua do Riachuelo, e tenta afogar no trabalho o seu desânimo, mágoa e tristeza.

Afonso é matriculado na escola pública de D. Teresa Pimentel do Amaral e Evangelina vai para o internato. Viúvo, e com quatro filhos pequenos, João Henriques contrata uma ama para cuidar deles: a dona Clemência. À noite, para ajudar no orçamento, trabalhava como paginador da *Tribuna Liberal* e costumava levar com ele o pequeno Afonso que, sem os carinhos da mãe, crescia taciturno, reservado e tímido. Enquanto aguardava o pai, Afonso brincava na rua, com outros meninos da sua idade, aprendendo as cantigas de roda, mais tarde evocadas em suas crônicas de jornal.

Mas os momentos de alegria eram raros no menino. Sem as carícias e os abraços maternos, cresceu abandonado e sem defesas, reagindo com violência extrema ante as injustiças e as incompreensões dos que o cercavam. Guardará sempre na lembrança a imagem da mãe morta e lamentará sua ausência:

Só me lembro dela no caixão quando meu pai, chorando, me carregou para aspergir água benta sobre o seu cadáver. Durante toda a minha vida, fez-me muita falta. Talvez fosse menos rebelde, menos sombrio e desconfiado, mais contente com a vida, se ela vivesse. Deixando-me ainda na primeira infância, [...] bem cedo me vieram o desgosto de viver, o retraimento, por desconfiar de todos, a capacidade de ruminar mágoas sem comunicá-las a ninguém...enfim, muito antes do que era natural, chegaram-me o tédio, o cansaço da vida e uma certa misantropia (Barreto, 1956k, p. 182).

Foi aluno aplicado, mas um menino estranho. Com os da família, assumia ares de gente grande. E nunca aceitou a ama que o pai colocara no lugar da mãe, considerando-a uma intrusa. Aos sete anos participou, na companhia do pai, das comemorações da Abolição, recuperando mais tarde as cenas daquele acontecimento marcante: os desfiles, a banda de música, a missa campal, as ovações à princesa Isabel, loura, maternal, “de olhos doces e apiedados”:

Eu tinha então sete anos...e o cativo não me impressionava. Não lhe imaginava o horror; não conhecia a sua injustiça... faltava-me o conhecimento direto da vexatória instituição, para lhe sentir bem os aspectos hediondos... (Barreto, 1956e, p. 255).

Assistiu, mas sem muitas lembranças, à queda da monarquia e à implantação da República. A mudança de regime político levou o pai a perder os empregos: na *Imprensa Nacional* e no *Tribuna Liberal*. Salvou-o a influência de Cesário Alvim, antigo militante do

Partido Liberal, através do qual foi nomeado escriturário das Colônias de Alienados, recém-criadas pelo governo republicano, na Ilha do Governador.

Para não interromper os estudos, Afonso permaneceu no Rio. O pai conseguiu com o padrinho, Afonso Celso, então Visconde de Ouro Preto, que lhe custeasse os estudos no renomado Liceu Popular Niteroiense, famoso por abrigar os filhos da gente abastada. Ali ficaria até 1894, completando o curso secundário e parte do suplementar. Continuava contemplativo, fugindo das brincadeiras, preferindo a leitura nos momentos de lazer e recreio, avesso à disciplina rígida da escola, aos gritos e às palmatórias dos professores.

Conta seu biógrafo, Assis Barbosa (1981), que, certa feita, não tolerando mais as saudades de casa, fugiu do Liceu para a Ilha do Governador. O pai repreendeu-o severamente. E pela segunda vez, passou-lhe pela mente a idéia de se matar: “Armei um laço numa árvore lá no sítio da ilha, mas não me sobrou coragem para me atirar no vazio com ele ao pescoço” (Barreto, 1956d, p.135). A primeira idéia de suicídio ocorrera-lhe quando, aos sete anos, foi acusado injustamente de furto. Confessa que teve vontade de se matar, que a idéia do suicídio o perseguia: “Desde menino, eu tenho a mania do suicídio” (Barreto, 1956d, p. 135).

Em 1891, João Henriques foi promovido a almoxarife das Colônias de Alienados, na Ilha do Governador. Aos sábados, o menino Afonso ia para a Ilha. Acostumado à vida urbana, vivendo em casas pequenas, de aluguel, e ultimamente num internato, a Ilha do Governador aparecia-lhe como a própria imagem do paraíso: “As árvores, os pássaro, cavalos, porcos, bois, enfim, todo aquele aspecto rústico, realçado pelo mar próximo, enchia a minha meninice de sonhos e curiosidade” (Barreto, 1956e, p. 226).

As Colônias de Alienados eram duas: a de São Bento, que funcionava num antigo convento dos frades beneditinos e a Conde de Mesquita, que ficava num velho casarão, construído no começo do século XIX, para residência de verão do príncipe-regente. A casa da

família Lima Barreto *era uma velha habitação roceira, vasta e cômoda, com grandes salas e amplos quartos* (Barreto, 1956e, p. 62), situada num sítio espaçoso.

E ali vamos encontrar o monarquista e antigo tipógrafo transformado em almoxarife de hospício. O velho amigo e compadre, Visconde de Ouro Preto, político monarquista influente, fora preso e deportado.

Exilado na Ilha do Governador, João Henriques remoía seus reveses e mágoas, entre os quais a ausência da esposa morta. A amargura tornou-o triste, mal-humorado, taciturno. Começou a buscar alívio no álcool, apesar de este não interferir nas suas atividades nas Colônias, primeiro de almoxarife e, depois, de administrador. Cabia a ele controlar tudo o que dava entrada nas Colônias, fiscalizar a despensa, prestar contas do dinheiro gasto, dar assistência moral aos enfermos, que eram cerca de duas centenas, incluindo os loucos, os alcoolistas, os mendigos, os velhos abandonados.

Lima Barreto nutria pelo pai uma grande admiração. E este não poupava esforços para incentivar os filhos ao estudo e às letras. Nos dias de bom-humor, auxiliava-os com os exercícios da escola, com o francês, o inglês, o latim. Gostava de ler os clássicos: a *Divina Comédia*, a obra de Tácito, livros em idiomas estrangeiros.

Em 1893, aos doze anos, o menino Afonso assistiu à Revolta da Armada, quando um contingente de marinheiros, rebelados contra o governo de Floriano Peixoto, ocupou a Ilha do Governador, chefiados por Custódio e Saldanha. A Ilha foi devastada e saqueada. Seguiram-se execuções, fuzilamentos e prisões, que impressionaram vivamente o adolescente Afonso, cuja natureza sensível começa a sentir agudamente as injustiças do mundo: a loucura, a pobreza, a indigência, a guerra, a violência cruel e gratuita, a indiferença dos poderosos.

2.2. ADOLESCÊNCIA

[...] E nenhum rumor a latejar na pedra seca. Apenas uma sombra medra sob esta rocha escarlate. (Chega-te à sombra desta rocha escarlate), / E vou mostrar-te algo distinto [...] Vou revelar-te o que é o medo num punhado de pó (T. S. Eliot)

Aos catorze anos, tendo terminado o liceu, Afonso começa a prestar os exames preparatórios ao ingresso no curso superior. Para tanto, matricula-se, como aluno interno, no Colégio Paula Freitas, onde funcionava um curso preparatório aos que desejavam ingressar na escola do Largo de São Francisco, a Politécnica. Atestam os companheiros da época, que o menino não gostava de brincar, tinha um *jeito de velho*, sempre metido nos cantos, às voltas com os livros e com os seus problemas.

Por esse tempo, o Positivismo, corrente filosófica desenvolvida pelo pensador francês, Augusto Comte (1798-1857) ganhara prestígio e adeptos no Brasil. A filosofia positivista baseava-se na idéia de que haveria uma ordem social natural no universo, que se revelaria ao homem por meio da observação e do desenvolvimento do pensamento científico.

Comte propunha então uma outra religião, em substituição à crença num Deus cristão. Por meio da fé e da celebração de outros “santos”, pessoas que contribuíram para a evolução social do homem, seria possível atingir o estado “positivista”. Assim, à época, já funcionava no Brasil a capelinha do Apostolado Positivista, conforme as normas prescritas por Augusto Comte, que era freqüentada por alunos do Paula Freitas.

E o jovem Lima Barreto (1956h) deixa-se contagiar, temporariamente, pela febre positivista, como confessa em seu livro inacabado, “O Cemitério dos Vivos”:

A minha passagem pelo Positivismo...foi breve e ligeira. Freqüentei o apostolado cerca de um ano; mas eu [...] até hoje nunca pude acreditar que aquele conjunto de doutrinas,... fosse capaz de arrebataram corações com o ardor e o fogo de uma fé religiosa (Barreto, 1956h, p. 132).

A passagem pelo Positivismo amplia-lhe o gosto pela leitura dos autores antigos, e ele se deixa fascinar, no *Discours de la Methode* (Descartes), pela dúvida metódica. Mas, é esse mesmo Lima Barreto quem investirá, mais tarde, furiosamente, contra os positivistas brasileiros, alinhados com a ditadura e os excessos do governo Floriano Peixoto, em 1893, por ocasião da Revolta da Armada. Já no final da vida, reconhece que o Positivismo, cuja pregação fanática, doutrinária e religiosa, chegou às raias do ridículo, não deixou de trazer vantagens à cultura e às instituições brasileiras.

Em 1897 Lima Barreto conclui os exames preparatórios para o ingresso no ensino superior. Presta também os exames vestibulares para a Politécnica e consegue ingressar no curso de Engenharia Civil. O internato é substituído pelas pensões de estudantes.

O Rio de Janeiro da época resumia-se à Rua do Ouvidor. Os atrativos oferecidos aos jovens eram as regatas, as competições de ciclismo, as corridas de cavalos, os teatros, que apresentavam revistas, *music-halls*, peças importantes. Fazia também sucesso na época o cinematógrafo. Entretanto, a vida do estudante Lima Barreto resumia-se às aulas, às leituras na Biblioteca Nacional, e ao curso de filosofia que se impusera por conta própria.

No mesmo ano de 1897, Afonso inicia o curso na Politécnica. O ensino era livre. O aluno podia antecipar matérias e concluir seu curso antes dos cinco anos previstos. Mas o romancista não era um bom estudante. Ia pouco às aulas. Parecia incapaz de interessar-se por aquilo de que não gostava. O curso na Politécnica era para satisfazer ao pai, que lhe almejava

um diploma, um anel e o título de “doutor”. O estudante faltava às aulas, era reprovado em algumas disciplinas. Preferia esconder-se na biblioteca, a devorar os filósofos e outros autores de seu interesse. Assim, em 1900, vamos encontrá-lo ainda repetindo o primeiro ano do curso, por não conseguir aprovação na disciplina “Cálculo das Variações e Mecânica Racional”, cujo professor, Licínio Cardoso, era positivista até à medula, e ficou célebre pelo rigor comtiano com que avaliava seus discípulos. Um deles, reprovado pela segunda ou terceira vez, atirou-se de uma das sacadas da Politécnica. Mas nem a morte do estudante comoveu o mestre.

Em 1901, funda-se a Federação dos Estudantes, movimento do qual Lima Barreto participou. Era um rapaz tímido, mas orgulhoso. Sempre na defensiva. Em meio aos filhos da gente graúda, sentia-se olhado com desdém. Suas roupas simples destoavam dos ternos de marca, das bengalas de castão de ouro, das polainas brancas, e dos famosos chapéus-coco.

Em 1902, vamos encontrá-lo na diretoria eleita da Federação Estudantil. E por influência de amigos, começa a colaborar no jornal *A Lanterna*, órgão dos estudantes, onde traçava, com sarcasmo ferino, o perfil de colegas e mestres. Seu nome torna-se conhecido nos meios acadêmicos.

Do alto de seus dezenove anos, o estudante sentia-se asfixiado no ambiente da escola. A convivência com os colegas de outra classe social acentuava a sua origem humilde e o preconceito de raça era um fato na Escola Politécnica, apesar das afirmações em contrário. Um episódio registrado por seu biógrafo, Assis Barbosa (1981), atesta os sentimentos do rapaz a tal respeito. Deu-se que, numa “estudentada”, um grupo de companheiros pulou o muro do Teatro Lírico, para assistir à ópera *Aída*, encenada por célebre Companhia Italiana, de passagem pelo Rio de Janeiro. Lima Barreto recusou-se a participar. Foi questionado pelos companheiros:

- Por que você não veio?

- Para não ser preso como ladrão de galinhas! [...] Sim, preto que salta muros de noite só pode ser ladrão de galinhas!

- E nós, não saltamos?

- Ah! Vocês, brancos, eram “rapazes da Politécnica”. Eram “acadêmicos”. Fizeram uma “estudantada”... Mas eu? Pobre de mim. Seria o único a ser preso (Assis Barbosa, 1981: 92)

As reações do jovem Lima Barreto já remetem para os sentimentos difíceis que experimentou, em decorrência de sua cor e classe social, sentimentos que se tornaram mais agudos pela sua sensibilidade, inteligência e formação, que acabaram criando nele uma representação idealizada de si mesmo, uma espécie de homem superior e digno, sobre o qual as humilhações caíam como bofetadas que o enchiam de raiva, de um ódio mau, de uma fúria assassina e destruidora, de “um baixo desejo de matar, de matar muita gente” (Barreto, 1956i, p. 102).

Sucediam-se as tentativas de aprovação na cadeira de Mecânica Racional, sempre malogradas. As reprovações o aborreciam. Sentia-se injustiçado, perseguido e humilhado. Achava que, por ser preto e pobre, tinha que ser reprovado sempre. E o pai insistia em que ele continuasse os estudos, agora custeados por ele próprio, João Henriques, já que as relações com o compadre Visconde de Ouro Preto, após seus períodos de exílio, haviam esfriado. Ademais, o jovem sempre se ressentira da posição humilhante de “protegido” do padrinho: “os protetores são os piores tiranos” (Barreto, 1956d, p. 34).

2.3. MOCIDADE

Compreendia que o pai acabara. Só isso. E sua tristeza era um cansaço grande, pesado...(Clarice Lispector)

Corria o ano de 1902, quando João Henriques enlouqueceu. O surto veio no meio da noite, acompanhado de delírio, medo intenso e sentimentos paranóicos. Afonso veio ao encontro do pai, que não o reconheceu.

A crise parece ter sido desencadeada, quando o almoxarife percebeu uma pequena diferença no livro-caixa das Colônias de Alienados que administrava. Escrupuloso, à medida que se aproximava a data de entrega do relatório, foi tomado de angústia e obsessão, o que desencadeou a crise.

Após a crise, o pai ficou apático, indiferente a tudo. As manifestações psíquicas do delírio paterno são descritas pelo romancista através da personagem Policarpo Quaresma:

(...) Aquela agitação desordenada, aquele falar sem nexos, sem acordo com o que se realizava fora dele... um falar que não se sabia donde vinha, donde saía...Um pavor de quem viu um cataclismo, que o fazia tremer todo (...) (Barreto, 1956j, p. 97).

O médico consultado recomenda repouso e mudança de ambiente. A família volta a morar no Rio de Janeiro, bairro do Engenho Novo. Como filho mais velho, Afonso assume o cuidado da família: o pai demente, os três irmãos, Prisciliana, com quem João Henriques se amasiara, e os três filhos dela, mais Manuel, um preto velho, agregado da família.

O tempo não trouxe melhoras à saúde de João Henriques. Um ato do governo Rodrigues Alves, determinando inquérito para apurar irregularidades no Hospício Nacional, incluindo as Colônias de Alienados, provocou novo e profundo choque emocional em João Henriques.

Entretanto, a devassa, que teve grande repercussão na imprensa, nada encontrou que pudesse desabonar a conduta do pai do escritor.

Como a saúde de João Henriques não melhorava, a opção foi requerer a aposentadoria, que lhe seria concedida, por decreto, em março de 1903. Mas o processo se arrastaria ainda por meses. Durante esse tempo, a família passou por embaraços financeiros. Afonso abandona os estudos na Politécnica, e se empenha em conseguir um emprego. Passaria por tormentos e humilhações. Provavelmente, teria sido nessa época de desespero, de infelicidade e angústia, que teria recorrido ao álcool, como um lenitivo para seus males.

Surge a oportunidade do concurso de amanuense para a Secretaria da Guerra. Os pretendentes à única vaga eram muitos. Mas Afonso só não conseguiu o primeiro lugar, porque tinha uma letra péssima. Apesar disso, foi nomeado em outubro de 1903, na vaga de um funcionário que falecera. Aluga uma casa em Todos os Santos, subúrbio afastado, onde instala a família e o pai doente, longe dos olhares indiscretos. Mas isso não impediu que os vizinhos distantes apelidassem a pequena moradia, no alto de um morro, de “a casa do louco” (Assis Barbosa, 1981, p. 115).

2.4. MATURIDADE

De tudo quanto foi meu passo caprichoso na vida, restará, pois o resto se esfuma, uma pedra que havia em meio do caminho.

(Carlos Drummond de Andrade)

Como amanuense na Secretaria da Guerra, Afonso redigia com facilidade minutas de avisos, portarias e decretos. Era um trabalho igual e monótono. E o rapaz se esforçava, sem muito êxito, por ser pontual, ativo, adaptado.

O Rio de Janeiro, à época, vivia uma febre de remodelação. Tendo à frente um jovem médico sanitarista, Oswaldo Gonçalves Cruz, empreendeu-se uma perseguição ferrenha aos ratos e mosquitos, causadores da peste bubônica e da febre amarela. O então prefeito da cidade, Pereira Passos, ordenou a derrubada dos cortiços e casebres que se estendiam do cais do porto até o centro. Os ex-escravos e trabalhadores de baixa renda que ali viviam foram expulsos para o subúrbio e os morros. Teve início o processo de favelização no Rio de Janeiro, cujo objetivo era sanear as áreas infectadas.

Instituiu-se a obrigatoriedade da vacina que, não sendo ainda um procedimento simples e seguro, revoltou a população, a maioria de origem africana, cujo universo religioso e cultural acreditava que as doenças eram controladas por um Orixá.

Não obstante as pilhérias e deboches, Oswaldo Cruz insistia. Ratos eram perseguidos, capturados e vendidos a 300 mil réis por cabeça. A revolta da população, por cerca de cinco dias, resultou na depredação da cidade, que ficou sem luz e sem transporte: os lampiões a gás foram quebrados e os bondes destruídos. A revolta levou à suspensão da obrigatoriedade da vacina, mas as ações sanitárias continuaram até a erradicação da varíola, em 1907.

A revolução urbanística assinala o fim de uma época. O *bota-abaixo* de quarteirões inteiros “civilizou” o Rio de Janeiro. E em breve, os tálburis e os bondes de burro dariam lugar aos bondes elétricos e aos primeiros automóveis.

A Rua do Ouvidor concentrava bares, cafés e confeitarias, pontos obrigatórios de políticos, escritores, artistas e *cocottes*. Lima Barreto, que freqüentava tais rodas, nelas conheceu e fez amigos importantes, com os quais discutia política, idéias e questões graves e insolúveis da vida republicana. Foi convidado por um antigo colega da Politécnica a fazerem juntos as revistas *A Quinzena Alegre* e *O Diabo*, que tiveram vida efêmera, como tantas outras publicações nas quais o escritor colaborou.

Em pouco, os encargos com a família levaram Lima Barreto a fazer do jornalismo mais que um mero passatempo. E em 1905, vamos encontrá-lo fazendo reportagens no *Correio da Manhã*, um desabusado órgão da imprensa carioca. E começa também a esboçar seus primeiros romances. Almejava escrever um livro, história ou romance, que reconstituísse o Brasil patriarcal e escravocrata, mas nunca consumou a idéia.

Vivia da casa para a repartição; freqüentava as redações de jornais, cafés e livrarias. Às vezes visitava os amigos, mas nunca assistiu a uma recepção. Seu meio de transporte era o trem, no qual se sentia olhado com curiosidade pelos ocupantes da primeira classe. Num artigo de jornal, ele confessaria: “A presunção, o pedantismo, a arrogância e o desdém com que olhavam as minhas roupas desfiadas e verdoengas, sacudiam-me os nervos e davam-me ânimos de revolta” (Barreto, 1956e, p. 242).

O rapaz, acostumado às bibliotecas, a conversas de café, à convivência com escritores, jornalistas e artistas, aceitava, com relutância, a vida medíocre que assumira com a doença paterna. As visitas dominicais aos amigos, de condição social e financeira superior à sua, eram uma espécie de fuga, de compensação. O subúrbio o aborrecia. Sua casa e o desajustamento doméstico o desagradavam.

Voltar a casa era sentir de perto a triste realidade em que vivia. Seu refúgio era o próprio quarto, cujas janelas amplas davam para a rua, cheia de buracos e de pó. Ali se trancava com seus livros. Nas paredes, pregara retratos de seus escritores preferidos: Balzac, Dostoievsky, Tolstoi, Flaubert, Anatole France, e confessa: “alguns deles me deram a sagrada sabedoria de me conhecer a mim mesmo, de poder assistir ao raro espetáculo das minhas emoções e dos meus pensamentos” (Barreto, 1956k, p. 41).

Um autor decisivo na formação do escritor foi Jules de Gaultier e sua obra *Le Bovarysme*, na qual expõe sua teoria psicológica, baseada no romance *Madame Bovary*, de Flaubert (Barreto, 1956d, p. 92). A teoria de Gaultier buscava explicar um estado de espírito, a procura

da personalidade própria, uma tendência de certos espíritos romanescos de emprestarem a si mesmos uma personalidade ou uma condição fictícia, não condizente com a realidade. Uma espécie de ilusão que se alimenta a respeito de si mesmo. O bovarismo em Lima Barreto, afirma seu biógrafo, Assis Barbosa (1981), foi uma tentativa de se adaptar ao subúrbio, às convenções sociais da época, à mediocridade da repartição onde trabalhava, à humildade da sua própria cor e condição social.

O complexo da cor atormentava o romancista. Por mais de uma vez, na repartição onde trabalhava, foi tomado por contínuo. E registra, em nota do *Diário Íntimo*: “o que é verdade na raça branca não é extensivo ao resto; eu, mulato ou negro, como queiram, estou condenado a ser sempre tomado por contínuo” (Barreto, 1956d, p. 51-2).

O escritor acreditava que a instrução superior que recebera, podia distanciá-lo da gente de cor do Brasil de sua época. Mas tal não aconteceu. E o homem Lima Barreto seguia, desajustado, a sofrer os estigmas de ser mulato, ou negro, e, além disso, pobre, um contínuo. O ressentimento por ser mulato, descendente de escravos negros, o acompanharia por toda a vida: “É triste não ser branco” (Barreto, 1956d, p. 33).

A cor era uma barreira às suas pretensões literárias, que serviam de mote a deboches na Secretaria da Guerra. As humilhações o aborreciam e exacerbavam o seu bovarismo. Entretanto, lança-se com sofreguidão à vocação de escritor. Faz projetos: retoma o desejo de escrever uma *História da Escravidão Negra no Brasil*, esboça duas ou três obras, que abandona logo aos primeiros capítulos, inicia uma peça *Os Negros*, que nunca chegou a ser publicada. Ambicionava, sem dúvida, a glória literária.

Finalmente, o escritor começa a encontrar o seu destino. O primeiro romance toma forma. Trata-se de *Clara dos Anjos* (1904), que só será concluído em 1922, ano de sua morte. O livro conta a história de Clara, uma mulatinha pobre, filha de um carteiro, morador do subúrbio, que é seduzida e abandonada por Cassi, um homem branco, tocador de viola, de

reputação duvidosa. O romance é uma denúncia do escritor ao racismo e às injustiças sociais, temas centrais de seus livros.

Certos movimentos libertários, socialistas, agitavam o Rio de Janeiro, por volta de 1900. Eram idéias novas, importadas da Europa, através de livros franceses e das correntes migratórias, com destino às fazendas de café, em São Paulo. Andava em alta a propaganda do socialismo, do anarquismo, uma literatura social que alimentava as greves que ocorriam no Rio de Janeiro. O estado se industrializava e se firmava como potência econômica.

Todavia, as publicações realmente literárias eram escassas. O simbolismo, corrente literária caracterizada por tentar fundir sujeito e objeto, resultando numa obra fluida, incompleta e obscura, num esforço de transcendência poética que aproximava o texto da música, estava em franca decadência. Nesse contexto, Lima Barreto funda, em fins de 1907, a revista *Floreal*, típica da mentalidade artística e literária da época, cuja vida útil não passaria de quatro números.

Jornalistas e companheiros de rodas literárias defendiam idéias avançadas e revolucionárias. Criou-se um Partido Operário Independente, de curta duração, que se bateu em prol das reivindicações proletárias, e do qual Lima Barreto participou, apesar de seu conflito permanente em fazer oposição ao Estado, na sua condição de funcionário público da Secretaria da Guerra.

Em meados de 1905, já estariam prontos os primeiros capítulos do *Isaías Caminha*, livro que, reconhecidamente, retrata sua história pessoal. Os críticos são unânimes em afirmar que Isaías Caminha e Lima Barreto são a mesma pessoa.

O romancista acreditava que sua passagem pela imprensa burguesa facilitaria sua iniciação na carreira de escritor. Para tanto, não mediu esforços. Fez uma rápida passagem pelo semanário *Fon-Fon* e pela revista *Kosmos*, antes de criar a sua própria revista, a *Floreal*,

de curta duração. Sentia-se injustiçado e diminuído, achava que suas produções não agradavam e desabafava:

A desgraça não me deixa andar para adiante; eu venho assim desde os sete anos e me resigno perfeitamente, o que é de meu gênio e das minhas origens; fico, porém, à espera de dias melhores para o meu esforço e para o meu trabalho (Barreto, 1956b, p. 61).

A *Floreal* pretendia ser uma publicação independente. Era mantida pelos próprios redatores e lutava contra as igrejinhas literárias da época, esconjurando preconceitos e regras, então vigentes. A revista teve pouca repercussão na imprensa. Em seu terceiro número, recebe referências elogiosas do crítico José Veríssimo, colunista do *Jornal do Comércio*, que cita nominalmente Lima Barreto e o seu promissor *Isaías Caminha*. Mas a revista *Floreal* morre no seu quarto número. O escritor sente-se desencantado, sem esperança, cansado da vida:

Estou com vinte e sete anos, tendo feito uma porção de bobagens, sem saber positivamente nada. Ignorando se tenho qualidades naturais, escrevendo em explosões; sem dinheiro, sem família, carregado de dificuldades e responsabilidades [...]. Vai me faltando a energia...Já não consigo ler um livro inteiro, já tenho náuseas de tudo, já escrevo com esforço. Só o álcool me dá prazer e me tenta...Oh! meu Deus! Onde irei parar? (Barreto, 1956d, p. 136).

Solitário, amargurado, abandonado pelos amigos, o escritor pensa, novamente, no suicídio. A idéia do suicídio perseguiu-o desde a infância, mas confessa que lhe faltava a

energia, a coragem necessária. A essa altura já quase concluíra *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* e *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, romances que nasceram do seu espírito revoltado, inconformado com as injustiças de que acreditava ser vítima. Ambos os livros revelam a personalidade do escritor. O primeiro, narra a história de um rapaz bom, honesto, inteligente e ambicioso. Possuía todos os requisitos para vencer na vida, menos um: era mulato; mulato e pobre. A situação o deixava nervoso, arrebatado, às raias do desespero. É um livro áspero, amargo, agressivo. Nele, o escritor investe contra as instituições, a sociedade, os preconceitos, o Exército.

A personagem do segundo livro, Manuel Joaquim Gonzaga de Sá, é um homem de inteligência superior, que recebera esmerada educação, mas que vivia completamente esquecido na sua mesa de funcionário público. Gonzaga de Sá é homem calmo, refletido, controlado. Quem se descontrola no livro é o biógrafo, o narrador da história, que acaba sendo a personagem principal. Através dele, a angústia do escritor toma corpo, extravasa-se:

Longe de me confortar...a educação que recebi, só me exacerba, só fabrica desejos que me fazem desgraçado, dando-me ódios e, talvez, despeitos! Por que ma deram? Para eu ficar na vida sem amor, sem parentes e, porventura, sem amigos? (Barreto, 1956k, p. 110).

Corria o ano de 1908. Desanimado, deprimido, o escritor sai a campo, à procura de um editor. O mercado editorial da época era dominado pelo livreiro B.L. Garnier, que não tinha muito interesse em publicar autores novos: “(...) o seu critério nas publicações era o dos pistolões recebidos e do nome que o autor tinha no mundo” (Barreto, 1956f, p. 281).

Ocorreu-lhe, então, apelar para uma editora em Portugal, que já publicara um livro de versos de um dos seus antigos companheiros da *Floreal*. E o *Isaías Caminha* segue para

Portugal. O editor português dispõe-se a publicar o romance, desde que o autor abra mão dos direitos autorais, não sem antes submetê-lo à apreciação de pessoa entendida na matéria. Para o editor, era um livro de escândalo, “livro de intriga jornalística fluminense” (Barreto, 1956b, p. 69).

O revisor fez algumas emendas, corrigiu alguns descuidos de português, freqüentes no escritor, e após um período de aflitiva espera, já nos últimos meses de 1909, o escritor receberia os primeiros exemplares do *Isaiás Caminha*. A publicação representava muito para o escritor, que se sentia freqüentemente humilhado no seu mister de amanuense.

No início de 1909, Lima Barreto foi preterido na lista de promoções, na Secretaria da Guerra. Sentiu-se injustiçado novamente. O beneficiado não fizera concurso e ingressara na repartição dois anos após o escritor. Revoltado, escreve uma carta ao então presidente Afonso Pena. Não se sabe se a carta chegou ao destino. Os amigos é que o consolavam por ter sido preterido: “Depois do teu livro não o serás mais” (Barreto, 1956a, p. 72).

A imprensa, satirizada na obra, recebeu o livro com frieza. Poucas notas apareceram nos jornais da época. O *Correio da Manhã*, mais duramente atingido pela pena do romancista, o mais representativo da época, mostrou-se indiferente ao livro e ao seu autor. Nas rodas e cafés muito se discutia a chave do romance, cujos personagens revelavam, sem disfarces, figuras proeminentes da época, muitos deles ainda vivos. Esse excessivo personalismo foi apontado por alguns críticos como o principal defeito do livro.

As restrições da crítica, todas dirigidas ao personalismo do livro, afetam Lima Barreto. Mas ele sentia que não era mais possível recuar. Para ele, a literatura tinha que ter um viés político, tinha que ser militante, possuir objetivos claros e definidos. O certo é que não lhe perdoaram as arremetidas ousadas e ferinas, as caricaturas cruéis que pintou dos medalhões da época, jornalistas e escritores.

Entretanto, o escritor insistia em atribuir à sua condição de mulato pobre, morador do subúrbio, modestíssimo funcionário da Secretaria da Guerra, a má recepção para com o seu livro de estréia. E traçava paralelos entre o seu caso e o de outros, bem sucedidos por pertencerem aos donos da inteligência e da cultura, por serem brancos e ricos. Durante muitos anos, o escritor amargaria a frustração pelo *Isaías Caminha*, que lhe doía como ferida mal cicatrizada.

Em fins de 1909, o debate político, tendo em vista a campanha presidencial, animava as rodas e cafés. Os candidatos eram Rui Barbosa e o Marechal Hermes da Fonseca. Lima Barreto, em nome da liberdade, da cultura e da tolerância, toma o partido do primeiro, a quem endereça uma carta de solidariedade, assinada por seu alter ego, Isaías Caminha, sob cuja pele podia expressar a própria consciência, sem peias, sem censuras, extravasando os próprios recalques, ressentimentos, revoltas e humilhações. É certo que o ambiente da repartição onde trabalhava, Secretaria da Guerra, só fez alimentar e crescer o sentimento antimilitarista, que animava o escritor desde a juventude.

Empenhou-se, portanto, na candidatura civil. Apontava e descrevia o jogo de interesses regionalistas, as ambições e vaidades que movimentavam a arena política, na sucessão do então presidente Afonso Pena.

Entrementes, iniciou-se uma campanha sistemática de desmoralização das instituições democráticas. O Congresso e os deputados eram alvos de deboches, críticas e epítetos desprezíveis. O confronto entre simpatizantes das duas candidaturas, a civil e a militar, agitavam o Rio de Janeiro, provocando manifestações e distúrbios populares.

Em setembro daquele ano (1909), um incidente entre estudantes e o comandante da Brigada Policial resultará no episódio conhecido como *Primavera de Sangue*.

Numa passeata que comemorava o início da primavera, os estudantes queriam reclamar, ao comandante da brigada policial, contra o procedimento de alguns soldados, mas não foram

recebidos. Em protesto, os estudantes promovem o enterro simbólico do tal comandante. Tratava-se de uma patuscada. Mas, soldados à paisana, armados de cacetes e punhais, investiram contra os estudantes. Muitos se feriram, e dois deles caíram mortos, nas escadarias da Politécnica.

A brutalidade do acontecimento emocionou o Rio de Janeiro. Na tribuna do Senado, talvez para tirar proveito da situação, Rui Barbosa fez um discurso inflamado contra a violência militarista, mas, apesar disso, acabou derrotado nas eleições.

Em 1910, reúne-se o Tribunal do Júri. São réus os responsáveis pela chacina do Largo de São Francisco de Paula. Entre os jurados, encontrava-se o escriturário da Secretaria da Guerra, Afonso Henriques de Lima Barreto. Após quatro dias de tensão, o veredito do júri condenou o tenente Wanderley, responsável pela morte dos estudantes. Tudo indica que a atitude independente do escritor, também nesse episódio, interferiu na sua ascensão na carreira de funcionário da Secretaria da Guerra: “Eu fiz parte do júri de um Wanderley, alferes, e condenei-o. Fui posto no índice” (Barreto, 1956d, p. 72).

Em 1911, o escritor começa a publicar em folhetins, no *Jornal do Comércio*, aquele que se tornaria o seu livro mais importante: *Triste Fim de Policarpo Quaresma*.

O livro foi escrito num período de três meses, nos intervalos furtados aos cafés e ao tédio da repartição. A esse tempo, o escritor entregara-se completamente à vida boêmia. Contava, então, trinta anos. Nessa fase, produz o melhor de sua obra, além do romance *Policarpo Quaresma*, escreve também os contos *A Nova Califórnia* (transformado em filme, em 1957, sob direção de Carlos Alberto de Souza Barros, com o título de “Osso, Amor e Papagaio”) e *O Homem que sabia Javanês*.

Fora aconselhado por um amigo a publicar o romance em folhetins, dadas as condições financeiras precárias em que se encontrava, cheio de dívidas e sem saber como saldá-las.

Referia-se com frequência à tristeza sombria da sua vida doméstica, buscando encontrar razões para o uso imoderado do álcool, cada vez mais acentuado:

Muitas causas influíram para que eu viesse a beber; mas de todas elas, foi um sentimento ou pressentimento, um medo, sem razão nem explicação, de uma catástrofe doméstica sempre presente. Adivinhava a morte de meu pai e eu sem dinheiro para enterrá-lo; previa moléstias com tratamentos caros e eu sem recursos; amedrontava-me com uma demissão [...] e eu me aborrecia e procurava distrair-me, ficar na cidade, avançar pela noite a dentro; e assim conheci o chopp, o whisky, as noitadas... (Barreto, 1956h, p. 47-8).

A pouca repercussão do seu *Isaías Caminha* reforça no escritor a decepção, a frustração, a crença de que jamais conseguiria reputação literária, de que seria sempre um desprezado, um fracassado. Todavia, continuava participando da vida intelectual da cidade.

Em 1914, participa do movimento que fundou a “Sociedade dos Homens de Letras”. Ajuda na elaboração dos estatutos, mas, para sua frustração, não se elege para a diretoria.

É o mesmo ano de 1914 que registra sua primeira internação no hospício da Praia Vermelha, onde ficaria recolhido por quase dois meses, para tratamento da dependência alcoólica.

Saindo do hospício, e licenciado da Secretaria da Guerra, escreve, em menos de um mês, *Numa e a Ninfa*, romance em que proclama suas idéias libertárias e faz a caricatura de figurões e políticos da época. É evidente em Lima Barreto, a preocupação em ocultar-se sob pseudônimos, nas crônicas e reportagens jornalísticas, ou sob a figura das personagens, em seus contos e romances, para expressar suas idéias, princípios e sentimentos anarquistas.

Como funcionário público, obrigava-se à ética da função, não se sentindo livre e à vontade para criticar o Estado do qual dependia.

Escrito de encomenda, para ganhar dinheiro, *Numa e a Ninfa* fica longe do ideal estético proposto pelo autor. Enquanto o livro é publicado em folhetins, no jornal *A Noite*, o escritor tenta encontrar editor para o *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, por ele considerado sua melhor obra. A procura é inútil e o escritor resolve publicar o livro por conta própria, tomando dinheiro emprestado aos amigos e aos agiotas.

Em fins de 1915, o *Policarpo Quaresma* aparece nas livrarias: *uma pobre brochura, em papel ordinário, reunindo num só volume o romance e alguns dos melhores contos do escritor...* (Assis Barbosa, 1981, p. 236). Finalmente, o livro é bem acolhido por parte da imprensa. Numa entrevista ao jornal *A Época*, o escritor confessa:

(...) Vim para a literatura com todo o desinteresse e com toda a coragem. As letras são o fim da minha vida. Eu não peço delas senão aquilo que elas me podem dar: glória! (e faz uma pilhéria) Eu sou afilhado de Nossa Senhora da Glória. Não quero ser deputado, não quero ser senador, não quero ser mais nada, senão literato (Assis Barbosa, 1981, p. 237).

E Lima Barreto anotava, com alegria, no seu *Diário Íntimo*, tudo o que se publicava a respeito do *Policarpo*, elogios e críticas. As restrições ao livro tinham a ver com os deslizes sintáticos e estilísticos do autor, que feriam a concepção estética e o convencionalismo da época. Lima Barreto, com seu estilo simples e objetivo, rompia com a pompa e o floreio retórico dos cardeais acadêmicos de então.

Começam a equipará-lo ao já renomado Machado de Assis, o que o desagradava, pois achava que Machado deturpava a missão do escritor, fazendo uma literatura contemplativa, plástica e sem naturalidade, bem diferente da sua, que tinha o senso da vida e da realidade circundante.

Em 1917, em meio à guerra, às revoltas e greves operárias, Lima Barreto, que se posiciona contra a guerra e o militarismo alemão, dá livre curso aos seus impulsos revolucionários, abrindo fogo, na imprensa, contra os burgueses, a alta do custo de vida, os poderes políticos que abrigavam o país sob as asas dos Estados Unidos. Nessa atmosfera, carregada de turbulência, é que ele empreende, por conta própria, a segunda edição do *Isaías Caminha*, à custa de empréstimos, com juros extorsivos, que o endividavam cada vez mais.

No mesmo ano (1917), doente e cheio de dívidas, vende ao editor, Jacinto Ribeiro dos Santos, os originais de *Notas sobre a República das Bruzundangas* (Barreto, 1998), uma série de crônicas satíricas, já publicadas na Revista “A. B. C.”.

Enquanto isso, assistia à ascensão de companheiros seus, da mesma geração, da Escola Politécnica, muitos por ele considerados medíocres. Mas eram todos bem-nascidos, brancos e ricos. Obtinham sucesso fácil, prestígio e altas colocações. E ele, de origem humilde, pobre e mulato, só fazia descer a escada da vida.

A saúde do escritor não andava bem. Nesse aspecto, desde os vinte e cinco anos, teve início o calvário particular do escritor: adquiriu uma fraqueza geral e sua saúde debilitou-se. Aos vinte e nove anos sofre de impaludismo e reumatismo poliarticular. Sofrera de maleita na infância, e a doença se repetira aos trinta anos. Aos trinta e um, já com alguns sintomas da dependência alcoólica, manifesta-se nele uma hipercinese cardíaca, também decorrente do abuso de álcool, e aos trinta e três anos, a depressão e a neurastenia. Aos trinta e cinco, apresenta uma anemia pronunciada, e aos trinta e sete, quebra a clavícula e é acometido pelos

primeiros ataques da epilepsia tóxica, também comum aos dependentes do álcool, ocasião em que é considerado “inválido” para o serviço público e aposentado, em dezembro de 1918.

2.5. O DECLÍNIO

Me achei como aqueles des-heróis de Callais que Rodin esculpiu: nus de seus orgulhos e de suas esperanças. Só de camisolões e de cordas no pescoço. Pesados de silêncio e da tarefa de morrer. (Morrer é uma coisa indestrutível). (Manoel de Barros)

Aposentado, o escritor colabora mais livre e intensamente com a imprensa, escrevendo em jornais e revistas. Seus artigos, políticos e literários, criticavam severamente os costumes brasileiros. Registra e opina sobre acontecimentos importantes da época. Certa feita, ameaça suspender sua colaboração à revista A.B.C, que publicara uma nota ofensiva à raça negra.

Sua ação política, indireta, limita-se às crônicas incendiárias e às conversas nas rodas literárias, nos bares e cafés. Era radical em suas opiniões; às vezes irônico e brutal, mas sempre sincero. Criticava a mania brasileira de querer fazer bonito diante dos outros países, escondendo as próprias misérias. Condenava as manifestações artificiais, copiadas dos europeus e norte-americanos.

Atacou a remodelação do Rio de Janeiro, empreendida no começo do século por Pereira Passos, a derrubada de árvores, o arrasamento dos morros, a construção dos primeiros arranha-céus. Aquele sonho de grandeza lhe parecia absurdo, “numa cidade pobre, sem água, sem higiene, onde começavam a proliferar mais intensamente as favelas no alto dos morros e nas praias abandonadas, únicos refúgios de uma população miserável e desamparada” (Assis Barbosa, 1981, p. 287).

Entretanto, continua a beber em excesso. Saturado pelo aborrecimento, pelo desgosto de viver, foi se entregando cada vez mais ao álcool; torna-se um boêmio de botequim. Embriaga-se todos os dias. Anda sujo e descuidado. O álcool devasta-lhe o corpo. A revolta, que cresce nele, parece acentuar a própria miséria, como se encontrasse prazer em exhibir uma elegância e uma pose às avessas: “(...) visto-me mal, lamentavelmente mal, quase mendicante [...]. É um feitio de ser; é a minha pose (Barreto, 1956f, p. 263).

Em *Clara dos Anjos*, quase todas as personagens fazem uso da cachaça, a famosa Parati. Referindo-se ao personagem Menezes, escreveu:

(...) foi se postar no botequim do Fagundes. Sentou-se, como de hábito, na última mesa, aos fundos, encostada à parede, com um jornal debaixo dos olhos e um cálice de parati na frente. Ele bebia aos goles, à vista de todos, sem vexame algum. Fazia-lhe mal, como mal faz a todo mundo; mas era solicitado a beber para se atordoar, para não se recordar, para não estar só com o seu passado, para afugentar o terror que a vida lhe inspirava, na miséria, quase indigência em que se achava... (Barreto, 1997, p. 124).

No início de 1918 dera início à publicação de uma série de narrativas humorísticas, no vespertino *Lanterna*, sob o pseudônimo de Doutor Bogóloff. Os folhetins referiam-se às aventuras de um pseudo-revolucionário russo, Bogóloff, que, graças aos seus golpes de audácia e esperteza, somados à ignorância e irresponsabilidade dos dirigentes políticos, consegue prestígio e elevada posição social. Mas o folhetim não conquista o público e acaba sendo interrompido logo no segundo número. O episódio lembra a simpatia que o escritor demonstrava pela Rússia, seu povo e seus escritores. Em Maio de 1918, ele lançaria um

manifesto em favor da revolução russa, que terminava com o grito de guerra: *Ave, Rússia!* E não escondia o desejo de que um movimento semelhante acontecesse também no Brasil.

E o escritor segue seu calvário. Perambulando pelos botequins, passando dias sem se alimentar, ou se alimentando mal. Seu rosto adquire o fâcies característico do alcoolista: coloração baça, inchaço, vermelhidão. Perdera o viço da juventude, a compleição robusta. Escreve seu biógrafo: “(...) tonto de álcool e morto de cansaço (ele gostava de perambular de bar em bar), caía nas sarjetas e assim se deixava ficar, dormindo a sono solto, como qualquer pobre-diabo das ruas” (Assis Barbosa, 1981, p. 216).

A bebida era para o escritor uma espécie de narcótico do qual abusava de forma crescente: “(...) sem dinheiro, mal vestido, sentindo a catástrofe próxima da minha vida, fui levado às bebidas fortes e, aparentemente baratas, as que embriagam mais depressa. Desci do ‘whisky’ à genebra, ao ‘gin’ e, daí, até à cachaça” (Assis Barbosa, 1981: 222).

Em novembro de 1918, por cerca de dois meses, Lima Barreto ficará internado para tratamento no Hospital Central do Exército. Do seu quarto, no hospital, assina contrato com o também escritor e editor Monteiro Lobato, para publicação de *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, cuja primeira edição sairia em fevereiro de 1919. Pela primeira vez, o escritor é bem pago pelo seu trabalho e o livro recebe os aplausos da crítica.

A necessidade de afirmar-se no meio social e literário leva-o, no mesmo ano, a candidatar-se à vaga de Emílio de Menezes, na Academia Brasileira de Letras, que lhe fecha as portas. Um ano antes, participara, com o *Gonzaga de Sá*, de um concurso promovido pela mesma Academia, que lhe rendera, simplesmente, uma menção honrosa.

Em dezembro de 1919, precisamente a 25 de dezembro, com alucinações alcoólicas, e por intervenção do irmão, Carlindo, que trabalhava como guarda-civil, *foi manietado, entregue à polícia do lugar, que o conduziu num carro-forte até o hospício da Praia Vermelha, onde permaneceria por cerca de quarenta dias. A experiência da viagem dentro do carro-forte e a*

reclusão no hospício, como indigente, pela mão da polícia, marcaram vivamente o escritor, que jamais perdoaria o fato ao irmão: *...cem anos que eu viva, nunca poderá apagar-se da minha memória essas humilhações que sofri* (Barreto, 1956h, p. 67).

No hospício da Praia Vermelha, começa a escrever as anotações para *O Cemitério dos Vivos*, composto de quatro partes: *Diário do Hospício* (1956c), apontamentos sobre sua experiência de interno no manicômio; *O Cemitério dos Vivos*, romance em que alterna suas recordações do hospício com um drama familiar: a personagem Vicente Mascarenhas, internado no hospício por problemas decorrentes do alcoolismo, projeção do próprio autor, remói sua história de vida, *suas angústias íntimas e dores silenciosas* (Campos, 1988, p. 24); *Inventário*, documento em que o autor, sentindo a morte próxima, faz o inventário das obras existentes na sua biblioteca, dando à coleção o nome de *Limana* (Assis Barbosa, 1981, p. 360); e, finalmente, *O Caso Clínico*, cópia do livro de Observações Clínicas do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil, referentes ao escritor, quando de suas passagens pelo hospício.

Vale transcrever parte das anotações, datadas de 4 de janeiro de 1920, no Diário do Hospício:

Estou no hospício ou, melhor, em várias dependências dele, desde o dia 25 do mês passado. Estive no pavilhão de observações, que é a pior etapa de quem, como eu, entra para aqui pelas mãos da polícia. Tiram-nos a roupa que trazemos e dão-nos uma outra, só capaz de cobrir a nudez, e nem chinelos ou tamancos nos dão. [...] Deram-me uma caneca de mate e, logo em seguida, ainda dia claro, atiraram-me sobre um colchão de capim com uma manta pobre, muito conhecida de toda a nossa pobreza e miséria. [...].

Passei a noite de 25 no pavilhão, dormindo muito bem, pois a de 24 tinha passado em claro, errando pelos subúrbios, em pleno delírio.

Amanheci, tomei café e pão e fui à presença de um médico....

Voltei para o pátio. Que coisa, meu Deus! Estava ali que nem um peru, no meio de muitos outros, pastoreado por um bom português, que tinha um ar rude, mas doce e compassivo, ...Ele já me conhecia da outra vez. Chamava-me você e me deu cigarros. Da outra vez, fui para a casa-forte e ele me fez baldear a varanda, lavar o banheiro, onde me deu um excelente banho de ducha de chicote. Todos nós estávamos nus, as portas abertas, e eu tive muito pudor. Eu me lembrei do banho de vapor de Dostoievsky, na “ Casa dos Mortos”.

Quando baldeei, chorei...

Ah! A Literatura ou me mata ou me dá o que eu peço dela.

Desta vez, não me fizeram baldear a varanda, nem outro serviço. Já tinha pago o tributo... Fui para o pátio... Sentei-me ao lado de um preto moço, tipo completo do espécimen mais humilde da nossa sociedade. Vestia umas calças que me ficavam pelas canelas, uma camisa cujas mangas me ficavam por dois terços do antebraço e calçava uns chinelos muito sujos, que tinha descoberto no porão da varanda (Barreto, 1956c, p. 34-5).

No texto, o escritor narra sua entrada no hospício, de forma compulsória, “laçado” pela polícia. Dar entrada no hospício pelo pavilhão de observações era entrar como indigente. O fato é registrado com perplexidade pelo escritor: “Como é que eu, em vinte e quatro horas, deixava de ser um funcionário do Estado, com ficha na sociedade e lugar no orçamento, para ser um mendigo sem eira nem beira, atirado para ali como um desclassificado?” (Barreto, 1956c, p. 38).

A loucura era familiar ao escritor, desde a infância, quando ia passar os fins de semana na Ilha do Governador, onde o pai administrava as Colônias de alienados. Sua casa, no subúrbio, era, por assim dizer, um pequeno hospício, desde o adoecimento do pai, que nunca se recuperou. Catatônico, na sua cadeira de balanço, João Henriques não comia, não falava. Só quebrava a imobilidade e o mutismo, quando sobrevinha o delírio, no qual, apavorado, defendia-se dos inimigos imaginários.

Humilhado, em meio à miséria física, psicológica e intelectual, sentindo-se rebaixado à condição de objeto, é na literatura que o escritor pensa: “Ah! A literatura ou me mata ou me dá o que eu peço dela” (Barreto, 1956c, p. 35). Acreditava que a literatura valia, não pela sua correção estilística e gramatical, mas pelas idéias e sentimentos que expressava, pelos conceitos e concepções que as frases podiam condensar. O escritor não se contentava com palavras, buscava idéias que obrigassem o leitor a pensar. E quando falava de amor, suas histórias não tinham um final feliz.

Tímido, dominado pelo seu complexo de cor, pouco se sabe sobre a vida amorosa do escritor, que parece ter se resumido a encontros fortuitos em bordéis, dos quais saía insatisfeito e nauseado. No *Diário Íntimo*, confessa:

Tenho vinte e seis anos...e até hoje, ainda não me encontrei com uma mulher de qualquer espécie de maneira tão íntima, de maneira tão perfeitamente a sós; mesmo quando a cerveja, a infame cerveja, me embriaga e me faz procurar fêmeas, é um encontro instantâneo, rápido, de que saio perfeitamente aborrecido e com a bebedeira diminuída pelo abatimento (Barreto, 1956d, p. 126).

O escritor tinha um profundo respeito às mulheres, mesmo às de vida airada. Tinha-as na conta de grandes damas, de marquesas. Considerava as prostitutas e não permitia que lhes faltassem ao respeito:

Como a prostituição me parece sagrada; se não fora ela, esta minha mocidade, órfã de amor, de carinho de mulher, não teria recebido esse raio louro de um sorriso e de um olhar, para me recordar esse misterioso Amor que se sofre, quando se o tem, e se padece, quando se não o tem (Barreto, 1956d, p. 129).

Lima Barreto era avesso à pornografia e às palavras vulgares. Às vezes se interessava por moças bonitas, francesas, italianas, louras e brancas, mas se continha, se recriminava: “A francesa de defronte à botica continua a interessar-me. É Louise Leon, costureira. Magra e alourada e eu...Afonso! Afonso!” (Barreto, 1956d, p. 95).

As mulheres que personifica em seus romances, ao contrário dos homens, são personagens pouco densas, vagas e imprecisas. Parecia conhecer pouco a alma feminina o que não o impediu de apontar a situação de inferioridade da mulher na sociedade brasileira. As mulheres, em seus livros, são quase todas pobres, mulatas, ludibriadas, seduzidas e abandonadas por homens, normalmente, louros e ricos. No *Gonzaga de Sá*, deixa escapar sua frustração sentimental: “Fugi das posições, do amor, do casamento, para viver mais independente...Arrependo-me!...” (Barreto, 1956k, p. 150). Achavam-no tímido, principalmente no trato com as mulheres; mas era popular entre a gente humilde do subúrbio: guardas, carteiros, pequenos funcionários, todos eles retratados em seus romances.

A passos rápidos, o escritor caminha ao encontro da morte. Tinha consciência de que o álcool o ia matando aos poucos. E escreve, numa crônica, o elogio da morte:

Gosto da Morte porque ela é o aniquilamento de todos nós; gosto da Morte porque ela nos sagra [...]. A vida não pode ser uma dor, uma humilhação de contínuos e burocratas idiotas; a vida deve ser uma vitória. Quando, porém, não se pode conseguir isto, a Morte é que deve vir em nosso socorro (Barreto, 1956g, p. 42).

O escritor mal completara quarenta anos. Mas os amigos o descrevem como um velho triste e desiludido, sujo e malcheiroso:

(...) de barba por fazer, chapéu de palhinha encardida, camisa suja e manchada no peito, roupa coçada, malcheirosa, com uma morrinha que não se sabia se era de vômitos da véspera ou suor azedo. Como tanta grandeza e tanta pureza podiam viver sob aquela crosta áspera de mulataço vermelho?... (Assis Barbosa, 1981, p. 230).

Antigos colegas da Politécnica o evitavam. Eram poucos os amigos que lhe dirigiam gestos de piedade, que ele, invariavelmente, recusava. Incluía-se na parte marginal da população. Deixava-se ficar na Rua do Ouvidor, a contemplar o desfile dos chiques e famosos, sujo, mal-vestido, os sapatos empoeirados. Parecia comparar seus andrajos, escreve Assis Barbosa (1981), às roupas da última moda, numa espécie de pose às avessas, insistindo em desafiar, ao vivo, a sociedade burguesa de seu tempo.

Para o escritor, a sensação era a de que tudo lhe fora negado: o diploma de doutor, a ascensão na Secretaria da Guerra, a fama literária, a vaga na Academia de Letras, que

pleiteara novamente, em 1921, na vaga de Paulo Barreto (o João do Rio); mas acaba retirando sua candidatura, por motivos inteiramente particulares..

Vivera sem amor: amor de mãe, pois perdera a sua aos seis anos, e amor de uma mulher, esposa ou amante. Mal entrado na adolescência, perde, de certa forma, o pai, mergulhado nas sombras da loucura. O nível de educação que recebera o afastara dos irmãos, pessoas simples, de profissão subalterna: um deles guarda-civil, o outro condutor de trens. A única irmã, Evangelina, a Ginoca, dividia seu carinho e seus cuidados de enfermeira entre o escritor e o pai. E a natureza sensível e atormentada de Lima Barreto dividia-se entre as bebedeiras e a produção intelectual.

Pressentindo a morte próxima, o escritor começa a inventariar seus livros, a organizar papéis, a terminar romances já começados, a catalogar sua vasta colaboração em jornais e revistas. Tinha um gosto acentuado pela correspondência: guardava todas as cartas que recebia e não deixava nenhuma delas sem resposta. Recluso, na sua humilde casa de subúrbio, que ele apelidara carinhosamente de “Vila Quilombo”, parecia desejoso de concluir todos os seus projetos.

Apesar dos contrastes da sua vida, de sentir-se sempre um pobre-diabo, sem dinheiro, sem posição social, jamais deixou de incentivar os escritores novos, comunicando-lhes suas impressões, indicando leituras, escrevendo-lhes cartas encorajadoras. A nova geração de escritores reconhecia-o como o legítimo sucessor de Machado de Assis, como o mais brasileiro dos nossos escritores.

O crítico literário, Sérgio Milliet, depõe sobre a admiração do grupo paulista, de 1922, responsável pela “Semana de Arte Moderna” para com o escritor:

O que mais nos espantava então era o estilo direto, a precisão descritiva da frase, a atitude antiliterária do escritor, a limpeza de sua

prosa, objetivos a que os modernistas também visavam. Mas admirávamos, por outro lado a sua irreverência fria, a quase crueldade científica com que analisava uma personagem, a ironia mordaz, a agudeza que revelava na marcação dos caracteres (Sérgio Milliet, 1922, citado por Assis Barbosa, 1981, p. 322).

O nascente Modernismo, circunscrito a São Paulo, pouca repercussão tivera ainda no Rio de Janeiro, distante da capital paulista cerca de doze horas de trem. Os quadros futuristas de Anita Malfatti, expostos em 1916, entre os quais “O homem amarelo”, “A mulher de cabelos verdes” e outros, furiosamente atacados num veemente artigo de Monteiro Lobato, pouca repercussão tivera no Rio. E a “Semana de Arte Moderna” só aconteceria em 1922, no Teatro Municipal, sob um “bombardeio de vaias e ovos podres” (Assis Barbosa, 1981, p. 323), dali passando para os salões da aristocracia rural, de onde o movimento demolidor do grupo paulista se propagaria para todo o Brasil.

Pouco depois da Semana de Arte Moderna, apareceria a revista “Klaxon”, bem representativa da fase inicial do movimento. Lendo-a, Lima Barreto chama Mário de Andrade e seus companheiros paulistas de “imitadores de Marinetti” e ao movimento intitula “macaqueação do futurismo”, enfim, uma novidade estética importada da Europa.

O julgamento lhe valeu um artigo agressivo e irônico da *Klaxon*. Mas, fora esse pequeno incidente literário, Lima Barreto era amigo de alguns modernistas, Sérgio Buarque de Holanda, Di Cavalcanti, entre outros, e se alegraria, sobretudo, se tivesse tido tempo de avaliar a força modernista, a nova consciência artística e literária que se acenderia, juntamente com um estado de espírito revolucionário, que permitiria manifestações sociais importantes no país, entre as quais o trabalhismo e a Revolução de 30, que culminariam com as leis de assistência ao trabalhador. Bem ao gosto de Lima Barreto.

Sensibilizado com a tragédia doméstica e o drama íntimo do escritor, o jovem médico e escritor paulista, Ranulfo Prata, convida-o a passar uma temporada em Mirassol, pequena cidade do interior paulista, tentando sua recuperação. Lima Barreto, talvez para fugir ao ambiente doméstico que o afligia, pois a doença do pai se agravara, aceita o convite. E com todas as despesas pagas pelo amigo, embarca para Mirassol.

O plano de Ranulfo Prata, a princípio, parece dar certo. O escritor segue o regime prescrito, e chega a apresentar sensíveis melhoras. Amigos de Prata, entusiasmados com a presença do escritor na pequena Mirassol, sugerem ao escritor fazer uma conferência em Rio Preto, a sede da comarca, distante poucos quilômetros de Mirassol. O tema da conferência seria, naturalmente, a literatura. O escritor chegou a redigir o trabalho. Mas, de temperamento tímido e arredo, Lima Barreto dá mostras de nervosismo, que aumenta, à medida que se aproxima o dia da tal conferência. Uma caravana acompanharia o romancista até Rio Preto. Chegados o dia e a hora, onde se encontrava o escritor? Sumira. À força de o procurarem, acabam por encontrá-lo, bêbedo, estirado numa sarjeta.

Na conferência, publicada posteriormente na “Revista Sousa Cruz”, Lima Barreto reafirmava a sua crença, a sua paixão e intimidade com a literatura, seu ideal político, sua “religião”:

Mais do que qualquer outra atividade espiritual da nossa espécie, a Arte, especialmente a Literatura, a que me dediquei, e com quem me casei; mais do que ela nenhum outro qualquer meio de comunicação entre os homens, em virtude mesmo do seu poder de contágio, teve, tem e terá um grande destino em nossa triste Humanidade. Quer dizer: que o homem, por intermédio da Arte, não fica adstrito aos preceitos e preconceitos de seu tempo, de seu nascimento, de sua

pátria, de sua raça; ele vai além disso, o mais longe que pode, para alcançar a vida total do Universo e incorporar a sua vida na do Mundo (Assis Barbosa, 1981, p. 331).

Em janeiro de 1922, devido a uma torcedura no pé e ao reumatismo que o perseguia há anos, o escritor é obrigado a permanecer na “Vila Quilombo”. O alcoolismo consumira-lhe as energias, já não produzia como antes, mas confiara à irmã que desejava muito terminar *O Cemitério dos Vivos*, livro que iniciara após sua segunda passagem pelo hospício e do qual já escrevera dois capítulos. O livro continuava, de certa forma, sua autobiografia, iniciada com *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, passando por *Vida e Morte de M.J. Gonzaga de Sá* e culminando com *O Cemitério dos Vivos*. Mais do que a revolta, presente no *Isaías Caminha*, Vicente Mascarenhas, protagonista de *O Cemitério dos Vivos*, deseja passar algo mais profundo, talvez a sabedoria que o sofrimento, vivido na pele, pode dar:

Eu sofria honestamente por um sofrimento que ninguém podia adivinhar; eu tinha sido humilhado, e estava, a bem dizer, ainda sendo, eu andei sujo e imundo, mas eu sentia que interiormente eu resplandecia de bondade, de sonho de atingir a verdade, do amor pelos outros, de arrependimento dos meus erros e um desejo imenso de contribuir para que os outros fossem mais felizes do que eu... (Barreto, 1956h, p. 182).

A saúde do pai se agravava. Suas crises de demência eram mais frequentes, mais sombrio e triste o ambiente da Vila Quilombo. O próprio escritor, doente e desamparado, obrigava-se a

escrever futilidades para os jornais e revistas, com o fim de aumentar os poucos rendimentos da sua aposentadoria, que mal dava para pagar o aluguel.

A saúde debilitada torna o escritor mais recluso. Já não faz mais a ronda pelos botequins, nem se põe mais a vagar pela cidade do Rio de Janeiro, coisa de que tanto gostava. Tinha necessidade de caminhar, de ver e observar coisas novas, mesmo insignificantes. Às vezes se deixava dominar pela apatia e pelo mutismo, ocasiões em que a irmã, Evangelina, lhe oferecia, em silêncio, um cálice de parati, remédio para o seu organismo dependente. Raros amigos iam visitá-lo. Notícias do mundo lá fora, só as recebia pelos jornais.

A morte veio de forma inesperada, no dia 01 de novembro, cerca das 17 horas, de colapso cardíaco. Estava sentado na cama, rodeado de livros, abraçado a um exemplar da “Revue des Deux Mondes”. Morreu só, tendo por única companhia os livros, seus amigos inseparáveis. Contava apenas 41 anos de idade. A notícia de sua morte só apareceria nos jornais do dia 03 de novembro.

Quarenta e oito horas após a morte do filho, o pai, João Henriques, entra em agonia e também morre. Repousam ambos no mesmo túmulo humilde, no Cemitério de São João Batista, no Rio de Janeiro.

Lima Barreto retratou a sociedade, a vida urbana carioca, a população pobre e oprimida de seu tempo, principalmente a dos negros e mestiços, pobres, boêmios, alcoolistas e pequeno-burgueses que, como ele, sofriam na pele preconceitos de toda ordem. Seu espírito crítico denunciou as falsas aparências, o prestígio ligado à posição social e ao dinheiro, e a educação dispensada às mulheres. Sua obra remete a acontecimentos importantes da vida republicana. E seus escritos valem, muito mais, pela firmeza com que soube desvendar as contradições decisivas do sistema que o marginalizava.

O escritor foi comparado a Machado de Assis: ambos mulatos, com educação escolar incompleta e trajetória pessoal semelhante. Ambos denunciaram o problema da hipocrisia, das

falsas aparências e se exprimiram a si mesmos, através da prosa de ficção. Mas, enquanto Machado de Assis foi respeitado e aplaudido, conheceu a estabilidade financeira e a imortalidade em vida, Lima Barreto jamais se libertou da discriminação, da penúria, dos achaques, decorrentes de sua saúde frágil e da sua dependência alcoólica. Tal como o Policarpo Quaresma, seu personagem mais conhecido, triste foi também o fim de Afonso Henriques de Lima Barreto.

CAPÍTULO III

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo geral

Investigar e interpretar, na história de vida e na obra do escritor Lima Barreto, as experiências de corpo humilhado e seus efeitos no processo de subjetivação do escritor.

3.2. Objetivos específicos

1. Recortar, na vida e na obra do escritor, as experiências de humilhação que afetaram a sua constituição subjetiva.

2. Descrever e analisar os efeitos das experiências de corpo humilhado no processo de subjetivação do escritor.

3. Identificar e interpretar a função da literatura, enquanto dispositivo de resistência, frente às experiências de corpo humilhado, vivenciadas pelo escritor.

CAPÍTULO IV

4. METODOLOGIA

Este estudo promove um diálogo entre Psicanálise e Literatura. Utilizando o referencial da Psicanálise, com base em Freud e outros autores, Birman, Maia, Lacan, etc., particularmente em conceitos teorizados pela Psicanálise, este estudo pretende, sem, todavia, esgotar, descrever e interpretar o sentido e o impacto das experiências de corpo humilhado, no processo de subjetivação do escritor Lima Barreto, investigando e analisando a função da literatura na vida do escritor, enquanto dispositivo de resistência, de defesa frente às experiências de humilhação.

Partindo da afirmativa de Bion (in Rezende, 1993) de que “interpretar é investigar”, e com base na distinção que Rezende (1993) faz das possibilidades de investigação no campo psicanalítico, este trabalho buscou realizar uma pesquisa exegética, baseada na leitura e na análise dos escritos de Lima Barreto, levando em conta a complexidade e a polissemia dos símbolos, buscando investigar “em que sentido há sentidos”.

Assim, com base nos textos do escritor, buscou-se o sentido na trama do discurso, a partir das relações e correlações estabelecidas no seu interior. O objetivo foi ultrapassar o referencial lingüístico para atingir o referente existencial, passível de ser alcançado pela experiência transferencial entre o texto, o autor e o pesquisador.

Usando o método interpretativo, buscamos participar e dialogar com os textos, a cultura da época do escritor, buscando compreender o homem Lima Barreto, a trama sutil do seu processo de construção subjetiva. Nosso objetivo último foi chegar ao “pathos”, à angústia, à pulsão de vida e de morte que animou o escritor, a partir dos sentidos que reconhecemos na nossa própria experiência, vivida e sofrida.

Nossa investigação buscou o desvelamento, a desconstrução e a recuperação da palavra autêntica do sujeito, sem a pretensão de encontrar respostas prontas e definitivas. Partimos da

crença de que o real, por si mesmo traumático e indizível, foi o que desencadeou a escrita de Lima Barreto, nascida do seu vazio interior, da tentativa de representar, simbolicamente, suas experiências com a dor, com a humilhação, com o desamparo.

Nosso estudo aponta para uma possível linha de análise entre os limites da realidade e da ficção, entre o discurso literário e o discurso psicanalítico, na busca da compreensão do processo de subjetivação do humano, que perpassa as experiências de corpo humilhado em Lima Barreto.

De forma alegórica ou metonímica, a subjetividade do autor-narrador está presente em seu texto, fragmentada em outras subjetividades, com as quais se relaciona a partir de experiências traumáticas comuns e com as quais estabelece um jogo. Interessa, nesse jogo, a relação do narrador com a história narrada e aonde essa narrativa o conduzirá. A literatura trabalha mesmo é com a memória das catástrofes. Ela quer mais é expor o passado, com seus fragmentos, cacos, ruínas e cicatrizes.

Se o ofício do escritor é criar histórias, compete ao psicanalista, ao pesquisador, desvendá-las. Tanto na escrita literária quanto na psicanálise, podemos apreciar e compreender a alma humana, sabendo que o real resiste ao simbólico, que o real é negado pelo simbólico, mas também por ele reafirmado; e o real negado coloca o dedo na ferida do drama vivido pelo sujeito.

4.1. PROCEDIMENTOS

Este estudo baseou-se em pesquisa bibliográfica: em livros que retrataram a vida do escritor, nos seus escritos ficcionais e não ficcionais e em autores que fizeram a crítica do escritor e de sua obra. Nossas conclusões fundamentaram-se em teorias e conceitos da Psicanálise, Freud e outros autores, todos eles relacionados nas referências bibliográficas.

5. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A partir da descoberta de que a terra não é o centro do universo, de que o cosmo é finito e de que o homem, através da razão e da ciência, pôde libertar-se da tutela divina e da autoridade da tradição, a servidão voluntária passou a ser a marca do humano. Para Birman (2006), trata-se de uma servidão que leva a marca da aquiescência da vontade humana.

Apesar disso, a servidão voluntária carrega em si a marca do paradoxo, pois contraria a premissa de um eu capaz de dominar o mundo e a própria existência através do pensamento e da vontade; é o mesmo paradoxo que leva o homem moderno a interpretar a sua condição humana como sendo da ordem da servidão, da humilhação.

Dessa forma, a servidão involuntária à religião e à teologia transformou-se, na modernidade, em servidão humana voluntária, assentada no discurso da razão e da ciência.

As sociedades de mercado, mercado baseado no próprio homem, como foi o caso do tráfico e comércio de negros no Brasil dos séculos XVIII e XIX, geraram e fomentaram humilhações intensas, desrespeitando a condição humana, negando o reconhecimento à existência como sujeito aos indivíduos negros e mestiços. Mesmo após a abolição da escravatura, em 1888, persistiram e ainda persistem formas de humilhação difusas, insidiosas, de difícil observação e autoria.

Certamente, todas as épocas conheceram, sob diferentes formas, a humilhação, cujos efeitos podem acarretar miséria social e psíquica, capaz de afetar o eu corporal que, nesse caso, isola-se, vê-se privado de referências, dependente, perdido, impotente e desamparado. A humilhação pode levar à anulação do eu, ao encolhimento do espaço interior, podendo atingir o núcleo mais profundo do indivíduo, seu sentimento de identidade e de existência. Nesse caso, coloca-se em xeque sua capacidade de escolha, de reflexão, em última instância, conduzindo-o à passividade, à submissão, à servidão voluntária, apontada por Birman (2006).

Desvalorizado na sua singularidade, o indivíduo não encontra mais sentido no social e em si mesmo. A humilhação entrava e destrói a subjetividade, interditando a capacidade psíquica que permite ao eu a reflexão, a consciência de si, a relação consigo mesmo e com o outro.

Assim, toda humilhação pode ser uma experiência de sofrimento. O sujeito humilhado sente-se ferido e diminuído em seu amor próprio, desrespeitado e desvalorizado em sua autoimagem. Experimenta vergonha de si mesmo. E seu sofrimento duplica quando percebe que o agente da humilhação não se dá conta de seu sofrimento ou, mesmo, se regozija com ele.

Para Foucault (1979), o processo de subjetivação sempre teve lugar através do corpo. Ele sugere que os atos de poder não agem apenas sobre o corpo, mas também dentro do corpo. E esse corpo, mesmo em situações de restrição, censura e violência, não pára de se conhecer, de se relacionar com o ambiente, de produzir signos. A censura, a violência e a opressão estão sempre presentes, de forma explícita ou implícita, sendo os efeitos da violência dissimulada os mais devastadores.

Este trabalho recorta e analisa, na vida e na obra do escritor Lima Barreto, situações que revelam o corpo afetado pelas experiências de humilhação, presentes em sua história de vida e em suas personagens, a partir do contexto da modernidade em que viveu e que o fez confrontar-se com fatos e situações injustos, contrários aos seus desejos e expectativas, diante dos quais se revelou sua situação de impotência e de desamparo.

Salientamos que, na obra e na vida de Lima Barreto, é quase impossível separar o real e a imaginação, a verdade e a ficção, o personagem real e o inventado, situação de fato ou fantasia, pois sua escritura era especialmente marcada pela

(...) desestruturação do gênero narrativo, fazendo com que entre a crônica, o diário, o conto, a memória e o romance não houvesse muitas diferenças no processo narrativo. Desta maneira, muito da

vida real do homem Afonso Henriques de Lima Barreto era abertamente aproveitado pelo escritor Lima Barreto, e muita coisa da ideologia do escritor passava para dentro dos romances, coincidindo com a ideologia do narrador e até com a das personagens. [...] Lima Barreto misturou os gêneros narrativos, abolindo a distância entre o cronista, autor que fala na crônica, e o narrador de seus contos e romances (Teles, citado por Vasconcellos, 1999, p. 22).

Já afirmava Sérgio Buarque de Holanda (1956) que grande parte da obra de Lima Barreto é uma confissão mal escondida de amarguras íntimas, de ressentimentos, de malogros pessoais que nos seus melhores momentos ele soube transfigurar em arte. Em seus romances sociais e introspectivos, o sofrimento do autor reflete-se e confunde-se com o das personagens. Comparando-o a Machado de Assis, Buarque de Holanda (1956) afirma que o escritor não conseguiu forças para vencer, ou sutilezas para esconder, como Machado de Assis o fez, os estigmas que o humilhavam.

E é disso que a literatura se ocupa - das circunstâncias humanas: a miséria, o sofrimento, a insatisfação, a incompreensão, as situações (traumáticas) que, às vezes, humilham e degradam. Desde a Grécia antiga, os escritores vêm se ocupando das angústias, medos, paixões, conquistas, amores construídos ou desfeitos, vinganças, derrotas e humilhações, buscando entender o homem, a angústia do existir humano.

Acontecimentos e experiências de vida, testemunhos, vivências pessoais se nos oferecem através das narrativas de Lima Barreto. Narrar histórias foi a forma por ele escolhida de construir e reconstruir seu processo identificatório, sua singularidade.

Ainda que nosso objetivo não tenha sido o de psicanalisar o escritor e suas personagens, nosso trabalho se apoiou na Psicanálise, no saber e na ética psicanalítica. Buscamos

estabelecer um diálogo entre Psicanálise e Literatura, aplicando o método interpretativo, não só o psicanalítico, mas também o literário, à leitura da vida e da obra do escritor, deixando-nos impregnar por aquilo que escapa à linearidade discursiva, que desperta estranheza, que produz efeitos disruptivos, capazes de pôr a descoberto verdades mais profundas.

Enquanto pesquisa, a psicanálise explora como o sujeito dá a sua contribuição àquilo que torna a humanidade mais humana. E enquanto ciência da psique, a psicanálise ocupa-se em investigar o sentido humano na pessoa, no grupo e na sociedade em que se insere, nas suas produções culturais.

Assim, podemos perguntar-nos: em que mecanismos se sustentam os textos narrativos de Lima Barreto? Que disfarces utilizou na articulação de sua experiência subjetiva, passíveis de serem capturados nas dobras e entrelinhas do tecido narrativo de suas obras?

Reconstruir a história de vida de Lima Barreto e de suas personagens é também recapitular fenômenos históricos produzidos no decurso do tempo, no contexto histórico-social brasileiro, que definiram a época do escritor, nele imprimiram suas marcas, influenciando seu processo de intersubjetivação.

Trata-se, como afirma Birman (2006), de contextualizar a singularidade do mal-estar definido pela brasilidade nas suas dimensões cultural, política e social, uma vez que a subjetividade é perpassada por valores que se articulam no tempo e no espaço, em diferentes registros, o ético, o estético e o político.

Vale esclarecer, apoiando-se ainda em Birman (2006), que o mal-estar produzido pela civilização, ao qual Freud se refere e sobre o qual teorizou, se apóia no campo da oposição entre civilização e barbárie, proposto pelo paradigma evolucionista na antropologia. Portanto, não se trata de um uso atemporal do termo, mas de uma aproximação do conceito de mal-estar na civilização ao conceito de mal-estar na modernidade, ou seja, a crítica freudiana recai

sobre a dimensão grotesca da modernidade, responsável pelo mal-estar subjetivo por ela produzido.

Para Birman (2006), a tese fundamental sobre o mal-estar na modernidade se assenta em torno da experiência do desamparo, articulado à nostalgia do pai, cuja presença na subjetividade moderna conduziu o sujeito na direção do narcisismo, da violência, da crueldade e da alo ou auto-destruição.

No discurso freudiano, a modernidade ocidental implicou a perda da figura do “legislador absoluto”, do rei, cuja soberania era legitimada pelo próprio Deus, substituída pelo Estado republicano, pela soberania popular, centrada no reconhecimento dos direitos humanos. E é essa perda, que fundamenta o mal-estar na modernidade, que produzirá o desamparo e a nostalgia da figura paterna como um anteparo, ainda que ilusório, para fazer frente a tal desamparo. Nesse sentido, a leitura freudiana da morte do pai se aproxima do conceito nietzscheano da morte de Deus, ambos fundantes da modernidade.

Por conseguinte, a ausência do legislador absoluto, provocando o mal-estar subjetivo na modernidade, coloca o sujeito na contingência de não apenas ter que delinear o seu próprio campo de gozo, mas também reconhecer o território de gozo do outro, cujos limites não estão pré-fixados. E diante dessa ausência de fronteiras, até então seguras e legítimas, explica Birman (2006), instala-se no sujeito a perplexidade e a angústia:

Portanto, entre o gozo próprio e o gozo do outro, a subjetividade se situa sempre numa ‘borda’, caracterizada pela indefinição, pela abertura e pela não fixidez [...]. É exatamente a existência dessa abertura e mobilidade da borda a condição de possibilidade para a angústia, já que agora a liberdade do intérprete é a única coisa que deve enunciar o limite entre os registros do gozo em questão. Estaria

justamente aqui a fonte do mal-estar, a condição de possibilidade permanentemente presente para a sua produção e reprodução como tal (Birman, 2006, p. 69).

Sabemos que, na esteira da Revolução Francesa, Inglesa e Norte-Americana, também o Brasil perseguia o mesmo ideário: a construção de uma República democrática, onde o espaço social pudesse oferecer condições de liberdade, igualdade e fraternidade para todos.

Além disso, e preparando o advento da República, ocorre em 1888, a Abolição da Escravatura, essa, sem sombra de dúvida, uma instituição que reproduzia a hegemonia de um legislador absoluto (o rei, o senhor de escravos) sobre seus súditos (o povo, os escravos). Nesses, o decurso do tempo foi esculpindo suas marcas expressivas. Essas marcas se espalharam do rosto ao corpo, que acabou por tornar-se um retrato vivido da experiência da servidão, do desamparo e da humilhação. Rosto e corpo, apreendidos em momentos de abandono, despidos dos habituais mecanismos defensivos, acabaram por entregar ao olhar do outro as suas cicatrizes invisíveis, ou nem tanto. As angústias repetidas emergem da vida e da carne, sendo o seu destino último o corpo. Pois, mesmo libertos, ou alforriados, muitos continuaram à sombra da tutela dos senhores, impotentes, carentes de recursos, internos e externos, para gerir a própria liberdade, o próprio desamparo.

Apesar de instalada a República, as desigualdades continuaram a permear o tecido social. O gozo, condensado e concentrado nas mãos dos grandes proprietários rurais, não foi democratizado ou socializado. O Estado republicano, recém-inaugurado, mostrou-se incapaz de realizar o sonho universal de liberdade, igualdade e fraternidade. Manteve as hierarquias, o coronelato, a ordem social injusta e desigual. Continua reinando, absoluta, a lei do mais forte. Cada qual pensa em extorquir o gozo do outro para aumentar o quinhão do próprio gozo. Prevalece o narcisismo, legitimado pela busca desenfreada do gozo sem limites, seja no

registro do individual ou do coletivo, desdobrando-se em múltiplos movimentos de violência: revoltas, greves, confrontos.

Nesse contexto, mantém-se e cresce a nostalgia do pai, o desejo de um retorno monárquico, do legislador absoluto, desejo alimentado pelo profundo sentimento de desamparo que se abate sobre o sujeito na modernidade. Incapaz de lidar com o desamparo a que ficou relegado, o sujeito se vê diante de impasses cruciais, que favorecem nele a emergência de perturbações psíquicas importantes, entre as quais se sobressaem o narcisismo e o masoquismo.

Se a desigualdade na distribuição do gozo era mascarada pelo refúgio à sombra do legislador absoluto, o rei, o coronel, o senhor de terras e escravos, na nascente República brasileira, marcada pela precariedade, pela recente experiência de exploração e subserviência à metrópole portuguesa, parcelas significativas da população são relegadas ao abandono, ao descaso das autoridades políticas.

Assim, constatamos que a proclamação da República no Brasil acarreta fatos complicados na vida da família Barreto. O pai do escritor perde os empregos. Perde a proteção do “padrinho”, monarquista, que foi exilado. Incapaz de manter-se por si mesma, a família busca a proteção de amigos influentes.

Descendente de escravos, trazendo na própria pele, escura, o estigma da cor, pode-se perceber que persistem no escritor, pela ancestralidade, pelas características sócio-históricas que o definem, as amarras que o impedem de buscar alternativas, de trilhar o caminho da liberdade que se oferece, de buscar o gozo próprio.

Filho de uma escrava com um português, que não o reconheceu como filho, o pai do escritor Lima Barreto alimentou o sonho da emancipação: queria ser médico e tentou abrir caminhos, a partir do próprio esforço. Aprendeu a arte da tipografia e começou a exercer o ofício como um trampolim para atingir os sonhos maiores que alimentava. Apaixona-se por

Amália Augusta, também neta de escravos, que crescera e estudara à sombra da patriarcal família Pereira de Carvalho.

O casamento, passo decisivo na vida de qualquer sujeito que deseja construir a própria história, enche de medo, literalmente, o coração do jovem João Henriques. Tomado pela angústia do desamparo, frente a tão determinante acontecimento, ele sofre seu primeiro surto psicótico – uma defesa contra o mal-estar provocado nele pela repentina perspectiva da liberdade, da conquista do gozo próprio, da perspectiva de escrever a própria e singular história.

A recuperação é lenta. Adia-se o sonho da construção de um projeto próprio, os estudos de medicina, o casamento, solapado pela evidência de um desamparo que o paralisa e amedronta a ponto do adoecimento psíquico. Mas a sorte acode em seu socorro: um prêmio de loteria acena-lhe com a possibilidade de retomar seus projetos, sustentado pela ilusória proteção que o dinheiro confere.

O casal se une em matrimônio. Apóiam-se um no outro. Ele trabalha como tipógrafo, ela, como professora de primeiras letras. Mas, a estrutura continua frágil, e seus alicerces precários abalam-se com a chegada do primeiro filho. Um traumatismo no parto abala a saúde de Amália Augusta. A criança não sobrevive além de oito dias, e a saúde da mãe nunca mais se recupera de todo. É nesse útero, nessa terra de certa forma desolada, devastada por uma enfermidade mal curada, que surge o menino Afonso Henriques.

Ao nascer, a criança recebe como herança a cor escura e a pobreza. Tinha nariz chato, olhos grandes, cabelo pixaim. Uma confluência de fatores marcam o seu nascimento: uma sexta-feira, 13 de maio, dia de Nossa Senhora dos Mártires, o tempo enevoado e chuvoso, presságios, por assim dizer, de uma vida que se desenrolaria entre o martírio e a glória.

A saúde precária da mãe não lhe permite dar a seu rebento o colo, os cuidados e o afeto necessários ao seu pleno desenvolvimento, à sua inserção no mundo humano. Tem seis anos

quando a mãe morre, mas, certamente, já se privara dela, do seu toque amoroso, há muito mais tempo. Sente agudamente a perda da mãe. Torna-se um menino taciturno, reservado, retraído, desconfiado de todos. Aos catorze anos tinha um “jeito de velho”, sempre metido com os livros e com os seus problemas.

Didier Anzieu (1989) destaca a pele, cuja origem é, ao mesmo tempo, orgânica e imaginária, como sistema protetor da individualidade e o primeiro instrumento e lugar de troca com o outro. Segundo o autor, as sensações cutâneas, mesmo antes do nascimento, introduzem o bebê humano em um universo complexo, ainda difuso, que dará origem ao sistema percepção-consciência, abrindo-lhe a possibilidade de um espaço psíquico originário.

O psiquismo se sustenta sobre o corpo biológico e sobre o corpo social, sendo esse Eu-pele, a que se refere Anzieu, mais uma metáfora do que um conceito, uma estrutura fantasmática, intermediária do aparelho psíquico, figurada nas fantasias, nos sonhos, na linguagem cotidiana, nas atitudes corporais e nas perturbações do pensamento.

A pele, com suas diversas representações na linguagem, na semântica, nas artes e nas culturas em geral, é uma estrutura com inúmeras funções. Um sistema que abrange diferentes órgãos dos sentidos: tato, pressão, dor, calor, e outros, em estreita conexão com os demais órgãos dos sentidos, visão, audição, paladar, tato, olfato. É a capa de pele que recobre a quase totalidade do corpo que funciona como o pára-excitações proposto por Freud.

A pele humana apresenta características físicas que variam conforme a idade, o sexo, a etnia, a história pessoal de cada um e que contribuem para a identificação do indivíduo: pigmentação, pregas, dobras, sulcos, poros, pêlos, cabelos, unhas, cicatrizes, espinhas, sardas, textura, odor e cor. A pele é superficial e profunda. Atrai investimentos narcísicos, oferece dor e prazer.

Apesar do pouco interesse da psicanálise pela pele, alguns estudos têm fornecido dados e interpretações interessantes: a pele fornece um núcleo fantasmático a pacientes que sofreram

privações precoces; a incorporação do objeto pela pele parece ser anterior à sua absorção pela boca; a pele melhor conhecida pelo recém-nascido é a das mãos e dos seios da mãe.

Enriquez (citado por Didier Anzieu, 1989), afirma que a ausência, ou a insuficiência, de um prazer identificatório, encontrado nas trocas precoces com a mãe, leva o bebê a perceber o afeto, que manteria vivo o seu psiquismo, como uma experiência de sofrimento. Nesse caso, seu corpo só se sentiria bem enquanto “corpo de sofrimento”. Para a referida autora, nenhum sujeito pode viver sem o investimento de um mínimo de referências, confirmadas e valorizadas pelo outro. No máximo, tal sujeito sobrevive, vegeta. Seu corpo torna-se vazio, sem afetos, incapaz de sentir prazer. O indivíduo é apenas um corpo de necessidade; o funcionamento corporal não é apropriado como objeto de conhecimento e de gozo. Prevalece, como pano de fundo, o masoquismo primário, uma tendência a sofrer acidentes, a contrair doenças graves, que deixam seqüelas deformantes e dolorosas. Como se o paciente se apropriasse de seu sofrimento para fazer dele um emblema narcísico.

Ainda para Enriquez (citado por Didier Anzieu, 1989), o corpo em sofrimento carrega duas potencialidades: uma, persecutória (investir e ligar-se a um objeto persecutório, faz com que o indivíduo se perceba vivo), e outra, que se traduz por uma aptidão excessiva para a atuação, para a representação, para a encarnação do sofrimento, encarnação que é, ao mesmo tempo, calvário e paixão. Em Lima Barreto, as duas potencialidades parecem estar presentes e atuantes: manifestam-se através dos seus permanentes sentimentos de frustração, de sentir-se perseguido e preterido, bem como através da sua escrita representativa.

Vimos que a busca do contato corporal entre a mãe e o bebê é um fator essencial para o seu desenvolvimento afetivo, cognitivo e social, para o desenvolvimento pleno do seu Eu-pele. A privação da mãe, ou de sua substituta, acarreta para o sujeito perturbações que podem se tornar irreversíveis.

No caso do escritor Lima Barreto, a perda definitiva da perspectiva de ter a mãe por perto torna-o solitário, sombrio e amargo. Anos mais tarde, ele escreveria: “Durante toda a minha vida (ela) fez-me muita falta. Talvez fosse menos rebelde, menos sombrio e desconfiado, mais contente com a vida se ela vivesse” (Assis Barbosa, 1981, p. 32).

Aos dezesseis anos começa a preparar-se para o ingresso na Politécnica, onde, para atender ao desejo do pai vai cursar Engenharia. Tem dificuldades com a cadeira de “Mecânica Racional”, na qual é reprovado inúmeras vezes. As reprovações eram sentidas como humilhantes. Acreditava que elas eram decorrentes do fato de ser preto e pobre. Ressentia-se com a “proteção” do padrinho. Suas roupas simples destoavam dos ternos de marca, das bengalas de castão de ouro, das polainas brancas e dos chapéus-coco de seus companheiros da Politécnica, filhos da gente graúda e importante da época.

Seu meio de transporte usual era o trem. Sentia-se observado nas suas roupas desfiadas e verdoengas, o que o enchia de raiva. Confessa ter aprendido a se conhecer com a leitura de Balzac, Dostoiévsky, Flaubert. Assume ser um bovarista, ou seja, criava uma condição própria fictícia, como uma espécie de fuga, uma tentativa desesperada de lidar com o próprio real: um rapaz pobre, mulato, morador do subúrbio, com um medíocre emprego na Secretaria da Guerra. Uma seqüência de acontecimentos difíceis e dolorosos têm lugar: a loucura do pai, o abandono dos estudos na Politécnica, a necessidade de assumir os encargos da família.

Os sonhos de abrir caminho pela via do estudo caem por terra. A loucura do pai só faz acentuar a tristeza e a melancolia do jovem Barreto. Sua história pessoal, sua origem, classe social e o contexto sócio-político da época tornam-no cada vez mais sensível às injustiças, reforçando seus sentimentos persecutórios.

Tendo nascido pobre, mulato e livre, o escritor nunca aceitou e assimilou a própria origem. Sua vida acabou tornando-se uma série de malogros, de mal-entendidos. Seu ingresso na Politécnica, para cursar Engenharia, obedeceu mais aos desejos do pai, frustrado por não

poder, ele mesmo, tornar-se “doutor”. A vida acadêmica o fez provar o gosto amargo do preconceito, a discriminação racial e de classe. Por isso, deixar a Politécnica, o estudo de disciplinas que não lhe interessavam, não lhe foi difícil, apesar de a academia ter-lhe aberto o mundo da leitura, da filosofia, sobretudo o da literatura.

A idéia do suicídio, que o perseguia desde a infância, volta a rondar-lhe o conturbado espírito. Inserido na modernidade, e trazendo as marcas que o individualizam, a perda precoce da mãe, o adoecimento do pai, a responsabilidade de ser o chefe da família, tudo isso somado à natureza sensível do escritor, acabam por caracterizá-lo como um sujeito desajustado, consigo mesmo, com a família, com o meio social.

Mas foi no meio acadêmico, entre leituras e discussões, que lhe surge a oportunidade de escrever, a princípio para o jornal acadêmico e, posteriormente, para importantes órgãos da imprensa de seu tempo. Manifesta-se a potencialidade do sujeito para a escrita representativa, atividade através da qual o escritor tentaria afirmar sua presença para o mundo e para si mesmo. Como se a escrita lhe possibilitasse a recuperação de uma “pele”, de uma outra pele, aceita, respeitada, valorizada, que pudesse salvar sua vida do caos. Para Didier Anzieu (1989), a palavra oral e também escrita tem um poder de pele, sendo a escrita criadora uma forma de defesa do Eu-pele.

O concurso para amanuense (escriturário) da Secretaria da Guerra, foi-lhe imposto pela necessidade de sustentar a família. Mas o ambiente burocrático e o militarismo da repartição o oprimiam e entediavam. Observamos aqui a servidão voluntária do sujeito à instituição, movido pela necessidade da sobrevivência própria e da família. Na Secretaria da Guerra debochavam de seu talento para escrever, ali foi confundido com um contínuo: “Dolorosa vida a minha! Empreguei-me e há três meses que vou exercendo as minhas funções” (Barreto, 1956d, p. 17). E lastima-se: “Estou condenado a ser sempre tomado por contínuo” (Barreto, 1956d, p. 52).

Apesar da inadaptação, o escritor permaneceu na Secretaria da Guerra por catorze anos, só saindo quando foi considerado inapto para o trabalho, devido aos seus problemas com o álcool. O trabalho como jornalista profissional, além de ajudar financeiramente, oferece-lhe a possibilidade de usar a pena como uma forma de lidar com seus conflitos íntimos, como instrumento de luta, de crítica social.

Em 1909 publica “Recordações do escrivão Isaías Caminha”, um romance social e sua obra mais personalista. A trajetória da personagem revela as relações sociais comprometidas pelo jogo de interesses, pelos preconceitos, falsidades e subornos. O descompromisso dos jornais com a verdade, a indiferença dos homens públicos, as aparências falsas e enganosas de respeitáveis cidadãos, são símbolos usados para atacar a sociedade, as instituições, o serviço público. A violência das críticas lhe valeu o ódio, quando não, a indiferença da imprensa, duramente ridicularizada no livro.

Em 1911, o escritor começa a publicação de “Triste Fim de Policarpo Quaresma” em folhetins no “Jornal do Comércio”. O tema continua sendo o do desencontro. Policarpo Quaresma, é major e subsecretário do Arsenal de Guerra. Nacionalista convicto, estuda tudo o que se relaciona ao Brasil: Geografia, História, Zoologia, Botânica, Literatura, Folclore, etc.

Era tão obcecado pela brasilidade que acaba enviando ao Congresso uma solicitação para que o tupi fosse adotado como língua oficial do país. Certa feita, por distração, redige um documento da repartição em tupi, em vista do que é demitido, tornando-se alvo de gozações da imprensa e dos colegas. O peso dos preconceitos, das críticas e troças acabam por torná-lo louco. Policarpo vai para o hospício, onde passa seis meses.

Egresso do hospício, vai morar no sítio do “Sossego” onde, ainda exercendo o seu sentimento patriótico se dedica a provar a fertilidade das terras brasileiras, declarando guerra às saúvas e ervas daninhas. Em outro ímpeto nacionalista, o Major sai em defesa do Presidente Floriano Peixoto, contra os marinheiros rebeldes (na Revolta da Armada).

O livro denuncia a mediocridade dos militares, preocupados apenas com as próprias promoções, e mostra um presidente frouxo, que não dá ouvidos às suas soluções para salvar o Brasil rural. Policarpo Quaresma é considerado o Dom Quixote brasileiro. Patético, mas lúcido e solitário, nas suas vãs tentativas de colocar o país no rumo do desenvolvimento.

Seus projetos, ridicularizados entre os conhecidos e pares, até mesmo nos jornais, fracassam. O major se revela impotente para resgatar a cultura nacional; suas técnicas se revelam ineficazes para controlar as pragas e ervas daninhas que assolam o Brasil rural; a tensão narrativa culmina quando o major se põe a defender seu projeto político: a ordem republicana. Quaresma perde o emprego no Arsenal de Guerra, é considerado louco e preso como subversivo; ao denunciar as atrocidades cometidas nas prisões, acaba condenado. Dotado de uma bondade ingênua, que raia o ridículo, Quaresma é símbolo de uma consciência crítica, mas impotente.

Policarpo Quaresma cujo nome, de origem grega - Polykarpos, de poly, muitos e karpos - frutos, significa “aquele que produz muitos frutos”, associado a Quaresma, tempo que antecede e prepara a Páscoa, tempo de vida e de renovação, é um personagem fracassado, que morre na prisão, só, sem ver realizados nenhum dos sonhos que projetou.

O narrador da história torna-se porta-voz do próprio autor, ele também um crítico mordaz da ordem republicana e do nacionalismo exacerbado. Percebe-se aqui uma tentativa do escritor de sublimar o seu desamparo, a sua angústia, pela via da fantasia, da criação literária.. O título da narrativa, “Triste Fim de Policarpo Quaresma” já antecipa o final desastroso, o fracasso da personagem, humilhado, rebaixado enquanto sujeito, reduzido, progressivamente, à condição de coisa, de objeto. A psicanálise nos permite articular aqui a questão sexual (deslocada para outros fins) e a pulsão de morte, presente nos sucessivos fracassos do major: seus projetos de resgate da cultura nacional, da agricultura do Brasil e de reforma política; o

major é ironizado, considerado louco, demitido do emprego, preso e condenado. Acaba morrendo na prisão.

Simbolicamente, e implicando as linguagens literária e psicanalítica, podemos perceber por parte do autor/narrador, uma tentativa de resgatar a própria e singular história. A escrita ficcional de Lima Barreto foi uma palavra dirigida, principalmente, a si próprio, uma tentativa desesperada de reconstrução do Eu-pele, enfraquecido e negado.

Seu livro, “Clara dos Anjos”, concluído em 1922, aborda o mesmo tema do preconceito e da pobreza. A moça mulata, pobre, suburbana, é seduzida e abandonada pelo moço branco, rico, bem nascido. O drama de Clara reflete o de várias gerações de mulheres negras e pobres. A ação se passa toda ela no subúrbio, com suas casas e casebres humildes, seus animais crescendo soltos nos quintais, carneiros, marrecos e galinhas; as brigas, jogatinas, conversas de botequim, violão, modinha e mulheres do povo, no seu cotidiano de afazeres humildes: cuidar da comida, lavar, passar, cuidar dos filhos, reclamar da falta de dinheiro.

“O Cemitério dos Vivos” (1956) é a história de seu exílio no hospício. A obra, deixada inacabada, começou a ser escrita na segunda passagem do autor pelo hospício da Praia Vermelha, em 1919. A primeira parte, “Diário do Hospício”, é o relato dessa passagem pelo hospício e das humilhações ali sofridas: o alcoolismo, as alucinações provocadas pelo álcool, a humilhação moral. O livro retrata o fim da vida do escritor e as conclusões amargas a que chegou:

A minha pena só me pode dar dinheiro escrevendo banalidades para revistas de segunda ordem. Eu me envergonho e me aborreço de empregar, na minha idade, a minha inteligência em tais futilidades...Tudo me leva para pensamentos mais profundos, mais

doridos e uma vontade de penetrar no mistério da minha alma e do Universo (Barreto, 1956h, p. 20).

A segunda parte do livro “O Cemitério dos Vivos” (1956) conta a história de um homem que é internado sem ser louco e que se mantém impassível, remoendo a própria história: sua angústia interior, suas dores silenciosas, enfim, o próprio drama íntimo do escritor.

Tal como o próprio Lima Barreto, suas personagens são ambivalentes: têm projetos e planos, sonham em alcançar grandes posições, mas acabam rendendo-se à inutilidade de seus esforços: Isaías Caminha, que critica o universo corruptor da imprensa, acaba por tornar-se, ele mesmo, mesquinho e corruptor. A mesma Clara dos Anjos, que não é branca, mas mulata, dita “dos Anjos”, mas que é seduzida e abandonada, termina só e infeliz. Lima Barreto, que é Afonso, em homenagem ao padrinho, político influente, ministro do Império, nobilitado com o título de “Visconde de Ouro Preto”, e Henriques, em homenagem ao pai, João Henriques, um homem cujos sonhos se frustraram no seu nascedouro, entre eles o sonho de realizar o amor, de tornar-se doutor. Cury (1981) ressalta essa atmosfera de augúrios e presságios que marcam o escritor e suas personagens, salientando sua esperança e ingenuidade iniciais, que contrastam com a descrença, o pessimismo e o fracasso posteriores.

Lima Barreto tinha um talento especial para a crônica, para registrar as cenas do cotidiano, retratar pessoas e lugares. Seus temas são polêmicos: o racismo, a política, os preconceitos de classe e cor, a burocracia do serviço público, a competição por dinheiro, prestígio e poder. Seus textos trabalham com a emoção, a veia satírica, expondo ao ridículo a imoralidade, o fingimento e a pose.

O escritor inicia sua atividade jornalística ainda na faculdade. A convite do amigo, Bastos Tigre, escreve no jornal libertário “A Lanterna”, que pregava a urgência de se “enforcar o último rei com as tripas do último frade” (Campos, 1988, p. 26). O jornalismo profissional

teve início em 1905, quando começa a escrever reportagens para o “Correio da Manhã”. Na imprensa, sempre se obrigou a ficar do lado dos oprimidos e injustiçados. Sua palavra afiada esteve a serviço dos anarquistas e das revistas alternativas. Defendia a reforma social, foi um entusiasta da Revolução Russa e lançou o seu “Manifesto Maximalista” inspirado no programa de Lênin. Apoiou as greves de operários no Rio de Janeiro e em São Paulo, denunciando as arbitrariedades e brutalidades da força policial.

Suas posições antimilitaristas o incomodavam, pois era funcionário da Secretaria da Guerra. Daí o fato de assinar muitas de suas matérias jornalísticas com pseudônimos. Não lhe escapavam as intenções imperialistas dos norte-americanos e condenava o estilo de vida que apresentavam como ideal ao mundo.

Colocou-se contra as correntes literárias, predominantes no Brasil no início do século, principalmente o parnasianismo. Era contra o gramatiquês que, a seu ver, aprisionava idéias e emoções, tornando artificial a linguagem. Considerava a literatura uma forma de solidariedade com o semelhante. Atacava a literatura contemplativa e encastelada. Acreditava na literatura como força de união entre os homens. Foi um leitor atento. E dedicou-se de corpo e alma à literatura, com quem dizia ter se casado.

É através de seus escritos, onde buscou refúgio para seus infortúnios, que ele nos convida a penetrar no âmago silencioso e trágico da sua subjetividade, das suas experiências com a humilhação. A escrita literária de Lima Barreto questiona as evidências do real, revela o seu sentimento de estranheza diante das injustiças, dos preconceitos, daquilo que ultrapassa a banalidade das respostas fáceis e prontas.

A literatura, bem como a psicanálise, abre frestas para o mistério, desafiando o poder da razão e das certezas empiristas. Uma e outra entretêm, mas também incomodam. A linguagem é a matéria comum a ambas. Lacan (1998) já dizia que o ser humano é um efeito da linguagem e as formações do inconsciente são estruturadas e reguladas pela linguagem.

No campo da interpretação, psicanálise e literatura se aproximam. Freud rendia uma homenagem apaixonada à poesia, por perceber nela um instrumento de interpretação dos processos psíquicos, pela sua densidade, pelo seu alto poder significativo. Sendo a literatura o reino do afeto por excelência, sobretudo a poesia, a literatura se adiantou à psicanálise, que foi buscar na obra de grandes poetas a teia conceitual para muitos de seus fundamentos teóricos.

Os efeitos do trauma no psiquismo levam à produção de sintomas, cuja resolução vai depender da possibilidade de o sujeito representar (simbolizar) o traumático que, dessa forma, deixa de ser um “corpo estranho”, para ser digerido, elaborado.

Partimos da premissa de que o trauma habita, não apenas as situações extremas e pontuais, mas pode também ser reconhecido, em sua forma estrutural, como a história, o real, o desejo, a infância; infância que é o espaço e o tempo do trauma, da catástrofe inevitável, da sede das experiências para sempre irrepresentáveis. Foi assim para Lima Barreto: gerado num útero adoecido, privado dos carinhos e da atenção da mãe, que acaba perdendo, aos seis anos. A maternagem inadequada, a privação precoce do afeto materno, resultou no aparecimento da angústia, do estilo trágico que marcou a existência do escritor.

Na sua trajetória, Lima Barreto, submetido duplamente ao desamparo, pelas contingências da sua história pessoal e pelas características da sociedade modernista em que se inseria, buscou diferentes saídas para lidar com a angústia decorrente de tal desamparo: uma dessas saídas foi a subserviência voluntária à ambiência militar da Secretaria da Guerra, motivada pela necessidade da sobrevivência própria e da família:

Estou na Secretaria a aborrecer-me com os decretos: levemos a cruz ao Calvário, por amor ao meu pai (...) O que me aborrece mais na vida é esta Secretaria. Não é pelos companheiros, não é pelos diretores. É pela sua ambiência militar, onde me sinto deslocado e em

contradição com a minha consciência. Não posso suportá-la. É o meu pesadelo, é a minha angústia. Tenho por ela um nojo, uma repugnância que me acabrunha (Barreto, 1956d, p. 119).

A submissão às normas, à rigidez dos horários, a uma atividade mecânica e repetitiva (ele escrevia minutas e despachos), vai imprimindo em seu corpo as marcas da servidão voluntária, motivada pela necessidade da sobrevivência própria e da família.

A fuga, pela sedação, pelo uso imoderado do álcool, foi uma outra saída buscada pelo escritor, o que o levou a diversas internações no Hospital Central do Exército e no Hospício da Praia Vermelha para curar-se das intoxicações provocadas pelo álcool:

No começo, havia dinheiro na bolsa de todos e o parati entrava como mera extravagância. O forte era cerveja; mas, bem depressa, com a fuga inexplicável do dinheiro das nossas algibeiras, a cachaça ficou sendo o nosso forte; e eu a bebia desbragadamente, a ponto de estar completamente bêbedo às nove ou dez horas da noite.[...] Bebi cada vez mais, e, dentre muitas aventuras, algumas humilhantes, e não foram as mais o parar duas ou três vezes nas delegacias de polícia... (Barreto, 1956c: 162).

Os avanços tecnológicos, a violência exercida sobre a natureza, a afirmação dos desejos individuais, tornaram-se ameaças à integridade dos corpos, à liberdade do espírito, à sobrevivência da espécie. A ambição desmedida da civilização moderna encorajou os êxtases artificiais, procurados no álcool, nas drogas químicas, favorecendo a imaturidade e suscitando perturbações psíquicas limítrofes entre a neurose e a psicose. No caso de Lima Barreto, dadas

as características específicas de sua história pessoal, mulato e pobre, num meio social que valorizava a aparência e o lucro, as marcas da humilhação vão se tornando maiores, mais profundas e irreversíveis.

Digo com franqueza, cem anos que viva eu, nunca poderá apagar-me da minha memória essas humilhações que sofri. Não por elas mesmo, que pouco valem; mas pela convicção que me trouxeram de que esta vida não vale nada, todas as posições falham e todas as precauções para um grande futuro são vãs (Barreto, 1956c, p. 173).

A inadaptação ao meio, os sonhos de atingir a glória literária, que não se concretizam rapidamente, a desgraça doméstica, advinda pela ausência materna e pela loucura do pai, o complexo da cor, o tédio da repartição pública, a falta de dinheiro, tudo somado leva o escritor à evasão, à entrega a uma vida boêmia: “Oh! Algumas vezes por aí, umas pândegas e muito álcool! Narcótico! (Assis Barbosa, 1981, p. 210). O uso abusivo do álcool vai transformando o escritor numa ruína humana, um pobre-diabo, a perambular pelas ruas do Rio de Janeiro, sujo, mal-vestido, barba por fazer, trôpego e sem rumo. Parecia querer abolir todas as conveniências. Sua decadência física continuava sendo um protesto vivo contra a sociedade burguesa e preconceituosa da época. Mas respondia também à pulsão de morte, à compulsão ao suicídio, que alimentava o escritor, desde a infância:

Desde menino, eu tenho a mania do suicídio. Aos sete anos, logo depois da morte de minha mãe, quando fui acusado injustamente de furto, tive vontade de me matar. Foi desde essa época que eu senti a injustiça da vida, a dor que ela envolve, a incompreensão da minha

delicadeza [...]. Deu-me esse acontecimento, conjuntamente com a vida naturalmente seca e árida dos colégios, uma tristeza sem motivo, que é fundo de quadro, [...]. Outra vez que essa vontade me veio foi aos onze anos ou doze, quando fugi do colégio. Armei um laço numa árvore lá no sítio da ilha, mas não me sobrou coragem para me atirar no vazio com ele ao pescoço. Nesse tempo, eu me acreditava inteligente e era isso que me fazia ter medo de dar fim a mim mesmo. Hoje, quando essa triste vontade me vem, já não é o sentimento da minha inteligência que me impede de consumir o ato: é o hábito de viver, é a covardia, é a minha natureza débil e esperançada. Há dias que essa vontade me acompanha; há dias que ela me vê dormir e me saúda ao acordar (Barreto, 1956d, p. 88-9).

À medida em que toma consciência do desencontro entre o ideal que o anima e o real da própria existência, sensível a todas as injustiças sociais, tendo provado o gosto amargo do preconceito, sem conseguir abandonar o álcool, o narcótico que o consumia, o escritor, intuindo o fim próximo, escreve o “Elogio da Morte”:

Não sei quem foi que disse que a Vida é feita pela Morte.

É a destruição contínua e perene que faz a vida.

A esse respeito, porém, eu quero crer que a Morte mereça maiores encômios.

É ela que faz todas as consolações das nossas desgraças; é dela que nós esperamos a nossa redenção; é ela a quem todos os infelizes pedem socorro e esquecimento.

Gosto da Morte porque ela é o aniquilamento de todos nós; gosto da Morte porque ela nos sagra [...].

É inútil estar vivendo, para ser dependente dos outros; é inútil estar vivendo para sofrer os vexames que não merecemos.

A vida não pode ser uma dor, uma humilhação de contínuos e burocratas idiotas; A vida deve ser uma vitória. Quando, porém, não se pode conseguir isto, a morte é que deve vir em nosso socorro (Barreto, 1995, p. 47-8).

A morte parece-lhe uma saída honrosa, talvez a única possível. No hospício, internado pela segunda vez, escreveria no seu diário, a dezesseis de janeiro de 1920: “Suicidou-se no pavilhão um doente. O dia está lindo. Se voltar terceira vez aqui, farei o mesmo. Queira Deus que seja um dia bonito como o de hoje” (Barreto, 1956c, p. 193).

Ainda como forma de lidar com o desamparo, o escritor tenta a via da simbolização, através da fantasia, da criação literária. Os textos confessionais de Lima Barreto retratam um escritor que viveu para a literatura – casou-se com ela – como costumava dizer. Sua literatura juntava intensamente o ficcional e o não ficcional, sendo muito mais reveladora da existência factual que da imaginária:

Mais do que qualquer outra atividade espiritual da nossa espécie, a Arte, especialmente a Literatura, a que me dediquei e com que me casei; mais do que ela nenhum outro qualquer meio de comunicação entre os homens, em virtude mesmo do seu poder de contágio, teve, tem e terá um grande destino na nossa triste humanidade (Barreto, 1993, p. 393).

Lima Barreto apostou na literatura como espaço de testemunho, de afirmação pessoal, de visibilidade. O escritor encarna o elo entre o individual e o coletivo, sobretudo quando se torna o grande personagem da própria obra, seja sob o disfarce da ficção, seja nos diários, nos artigos publicados na imprensa, quando manifesta simpatia pelo socialismo, pelo anarquismo, quando expõe a violência e as humilhações que experimentou.

Seus escritos e, principalmente, seus manuscritos “Diário Íntimo”, “Diário do Hospício” e outros, aprofundam o conhecimento de uma vida vivida e denunciada por quem a viveu como um caso demonstrativo das iniquidades da cultura, da modernidade: desde a discriminação de cor e de classe, até aos mecanismos sociais de silenciamento da expressão.

A história de Lima Barreto se situa no centro mesmo das trocas entre literatura e vida. Ele protagonizou e narrou, através de seus enredos, personagens e cenários, o ponto de vista do perdedor, no conflito que se estabeleceu entre arte e modernidade, especialmente quando se considera o seu caráter de lucro, de mercado. Através da literatura o escritor tentou, inutilmente, a resistência, tentou ordenar e dar um sentido ao caos da própria vida, aos abismos e cavernas da própria alma.

A nostalgia da figura paterna (o rei, a mãe, o pai, o padrinho...), a dependência voluntária (a submissão ao trabalho burocrático na Secretaria da Guerra, marcado pelas relações autoritárias), a aposentadoria precoce (a dependência do Outro, Estado), a dependência do Outro mortífero (o álcool) contribuíram para o esfacelamento da subjetividade do escritor, para o surgimento da sua neurose traumática, da sua compulsão ao sofrimento, da sensação de vazio, de incômodo insuportável, de pulsão de morte que marcou sua trajetória, numa sociedade demarcada pelo lucro, pelo poder, pelo dinheiro, pela aparência.

O traumático, o estado de desamparo que acompanha o sujeito ao nascer é também condição e possibilidade de humanização, porta de entrada para o outro, aquele que ampara e que introduz o desamparado no mundo humano. O traumático, no caso de Lima Barreto,

refere-se ao estado de desamparo a que ficou relegado, ao mau acolhimento que recebeu, à confusão de comunicação que se estabeleceu entre ele e o outro materno, que acabou impedindo-o de entender e simbolizar. Para Ferenczi (1992), o modelo original, a relação primordial mãe/bebê perpetua-se como uma matriz e, a cada situação traumática, o sujeito responderá como o fez na primeira infância.

No caso das compulsões, repete-se a vivência do desamparo: o compulsivo é aquele que multiplica a dor. Tal como o outro da maternagem, que repete, sem se dar conta, muitos outros encontros ancestrais, pois mães que não amparam, foram igualmente desamparadas.

Lima Barreto, homem compulsivo e angustiado, traduz a angústia do mundo em que viveu. Denunciou a humilhação e a desumanização do homem, através de suas personagens, que viveram situações de humilhação, de injustiça, angústia e opressão. Sua realidade cotidiana mesclava-se ao imaginário artístico, inspirando-lhe a criação de personagens e enredos, nos quais se refletia. Movido pelas pulsões, exprimiu suas fantasias e desejos, o recesso do seu mundo interno, trabalhando, através da literatura, temas e significados que lhe eram fundamentais.

Teria ele sublimado, elevado o seu objeto de desejo, inexistente e da ordem do vazio, ao estatuto de “coisa”, como registrava Lacan (1985)? A literatura lhe teria permitido uma aproximação, ainda que fugaz, metonímica, da tensão provocada pelo desejo, a ponto de trazer-lhe um certo alívio?

Tudo indica que a literatura constituiu para o autor uma forma privilegiada de lidar com o vazio e a angústia por ele gerada. Valendo-se da trama discursiva, que presentifica o passado, confronta-o com o presente e permite vislumbrar um horizonte possível, o autor fez tentativas de expressar e elaborar questões complexas, ligadas à humilhação, agudamente sentida, através da criação de enredos, deslocamentos, metáforas, sentidos e significações.

Entretanto, a implicação entre o trauma do escritor e a literatura, ainda que estreita e íntima, não lhe permitiu simbolizar e perlaborar o traumático. Restou algo da ordem do indizível, um resto de sombra e fatalidade que acabou por envolvê-lo e devorá-lo. A pulsão de morte levou a melhor. A interpretação conferida ao mundo pelo escritor, foi incapaz de resgatar-lhe o corpo, sua potência e capacidade de expansão. O escritor não conseguiu romper com a visão de corpo-cálculo, corpo-mercadoria, corpo branco, formoso, bem-nascido, imposta pela modernidade, que destruiu conceitos e identidades, instalando as hegemonias já mencionadas: a do lucro, a da beleza perfeita, a da branquidade e a do poder.

A tragédia da existência do escritor foi uma dialética entre dor e prazer, entre glória e martírio. Não se superando a si mesmo, na dor e no prazer, no martírio e na glória, Lima Barreto não encontrou o sentido da própria vida. Apesar de suas tentativas de criar, de inventar o novo, pela via da fantasia literária, na dialética entre dor e prazer, martírio e glória, vencem o martírio e a dor. E o escritor deixa-se sucumbir pelo conflito, pela ambivalência, pela dor de existir, pela pulsão de morte. O caos que se movia dentro dele, pela ausência de articulação entre corpo, linguagem e sentido, acabou por devorá-lo.

Se todas as dores podem ser suportadas se, sobre elas, se contar uma história, bem ao estilo do que acontece nos consultórios e clínicas psicanalíticas, espera-se que a escritura da obra, que é um exercício de liberdade, mude o autor e o leitor. No caso de Lima Barreto, inserido na modernidade que marcou sua época, vamos encontrar um sujeito narcisista, no sentido que lhe confere Calligaris (2007): o de um sujeito atormentado pelo sentimento de que sua imagem depende do olhar dos outros, vivendo numa sociedade também narcísica, onde cada um depende também excessivamente dos outros, onde o que define o sujeito não é o espelho de Narciso, mas o da bruxa da história da Branca de Neve: “Espelho, espelho meu, existe alguém mais bonito (mais amado, mais expert, mais reconhecido, mais bem sucedido...) do que eu?” (Calligaris, Folha de São Paulo, 2007, p. E8).

A modernidade, que não privilegia o desejo, descarta o “diferente”, o que não se alinha com a cultura imediatista, egoísta e alienante, produzindo no sujeito o desamparo e a angústia. O sujeito moderno revela uma vontade dolorosa de visibilidade, de despertar um olhar de reconhecimento no público, nos familiares, nos ausentes e indiferentes. Para a dramática insegurança do narcisista, uma condenação ou um fracasso humilhantes são preferíveis ao silêncio do outro. Num mundo em que o sujeito só existe pelo olhar alheio, a invisibilidade pode ser mais intolerável do que o escárnio ou a prisão.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos ter atingido os objetivos propostos neste trabalho: investigar e interpretar, na biografia e na obra de Lima Barreto, o corpo afetado pelas experiências de humilhação e seus efeitos no processo de individuação do escritor, assim como pontuar a função da literatura, no contexto das vivências, sentidas como humilhantes, registradas na trajetória de vida do escritor.

Para tanto, apoiamo-nos em textos de Birman, Freud, Lacan, Maia e outros, buscando, no diálogo entre psicanálise e literatura, com base na trama do discurso, comum a ambas, alcançar a trama sutil, as vicissitudes da construção subjetiva do autor.

Inserido no contexto da modernidade, no desamparo a que ela relegou o sujeito, pela contingência da humilhação imposta à figura paterna, Deus, o rei, o patriarca, o senhor de terras e escravos, a vida e as personagens de Lima Barreto revelam as marcas e os efeitos das experiências vividas e sentidas como humilhantes: o desamparo produzido pelas mudanças sociais e pessoais (a perda precoce da mãe, a perda simbólica do pai, que enlouquece, o distanciamento do padrinho), o preconceito de cor e de classe social, em meio à cultura da aparência, do lucro e do poder que engendraram o mal-estar na modernidade, apontado por Freud (1929) e Birman (2006).

Em Lima Barreto e suas personagens, enquanto reflexos dele mesmo, temos um corpo habitado por fantasmas pulsionais, especialmente ligados à oralidade. O escritor tem o verbo solto, fácil, agressivo. Incapaz de lidar com a dor psíquica do desamparo, defende-se pela via da drogadição, pelo uso abusivo do álcool, que o acaba levando precocemente à morte. Uma outra saída foi utilizar a via da palavra escrita, da fantasia criativa. Em Lima Barreto, escrever, produzir literatura, parece ter sido uma tentativa desesperada de sobrevivência psíquica. Todavia, não logrou o êxito esperado: a fama, o poder, a visibilidade, em vida. Suas

personagens refletem, como num espelho, experiências análogas às suas: de frustração, de insatisfação, de desajustamento e rejeição.

O meio burguês em que o escritor se educou, freqüentado pelos filhos dos ricos e brancos, puseram a descoberto, com todas as letras, os desejos frustrados do escritor: ser também branco, rico e famoso. Seus conflitos, angústias, fantasias sádicas e destrutivas, não elaborados, descarregavam-se na sua pena ferina, agressiva, demolidora, para culminar nas condutas autodestrutivas, especialmente o uso abusivo do álcool, uma espécie de narcótico para a sua dor psíquica. Nos registros do hospício da Praia Vermelha lê-se, a respeito do escritor: “alcoólatra agudo e crônico”. O álcool foi minando, aos poucos, o corpo e a mente do escritor. O uso imoderado da bebida foi uma das medidas paliativas adotadas pelo escritor para lidar com o sentimento de desamparo e de impotência frente às pressões internas e externas, agudamente sentidas.

A nostalgia do pai, a não elaboração da perda e do desamparo, levam o escritor ao masoquismo, à subserviência, ao regime da servidão voluntária (a submissão ao emprego de amanuense na Secretaria da Guerra, que lhe era odioso, a dependência do Estado, pela aposentadoria precoce, a compulsão ao álcool, que acaba por destruí-lo). Masoquismo e servidão são formas de negar e/ou tentativas de lidar com a perda.

No caminho da própria individuação, da construção da sua subjetividade, o escritor não superou os conflitos inerentes à necessidade de separação do outro, para assumir a própria identidade, incluindo o papel sexual. As circunstâncias traumatizantes da sua história pessoal, do seu meio, mobilizaram no escritor certos processos psicológicos, incluindo os sentimentos de humilhação experimentados, que o levaram à produção de sintomas, como forma de sufocar a angústia do vazio.

Vimos que as primeiras trocas mãe/bebê se passam em um clima infiltrado pela realidade lingüística, incluindo as melodias da linguagem materna, e por todos os elementos do sistema

de significações do ambiente. O corpo do infante, em contato constante com o corpo materno (voz, odor, toque, calor...) recebe uma escrita primeira, transmitida pelos falantes. É assim que, desde o início, a corporalidade é apreendida no simbólico, na linguagem.

McDougall (1994) observou que, em alguns sujeitos, observa-se uma gritante separação entre a linguagem e o corpo, manifestada, como no caso de Lima Barreto, de um lado, por uma intelectualidade cortante, agressiva, irônica e, por outro, por uma surdez corporal. Esse corte abrupto das mensagens afetivas, que asseguram a ligação entre o soma e a psique, produz uma economia psíquica dominada pelas condutas aditivas, que assumem o lugar das palavras, enquanto forma de comunicação primitiva.

Sabe-se que uma mãe, quando segura seu bebê nos braços, fornece-lhe, não apenas palavras e frases, mas sua corporalidade, impregnada na sua voz. Sua voz pode acariciar ou ferir, pode ser quente ou fria, doce ou áspera, podendo acrescentar-se à voz materna, as outras percepções dos sentidos, odor, tato, vivências cenestésicas e cinestésicas, que remetem ao conceito de Eu-pele de Didier Anzieu (1989), mencionado neste trabalho. O que importa, em última instância, é o reconhecimento e o registro do fato, do modo como essas sensações são representadas psiquicamente. No caso do escritor Lima Barreto, sabemos que a mãe, adoecida na primeira gravidez, contraiu, posteriormente, uma tuberculose que, por força das circunstâncias, a fez afastar-se fisicamente dos filhos pequenos, mesmo antes de morrer.

Assim, a privação afetiva precoce, as experiências humilhantes com o desamparo, acrescidas pelos preconceitos de raça e classe social, contribuíram para o apagamento da singularidade do sujeito Lima Barreto, muitas vezes sentindo-se relegado à condição de objeto. No malogro da realização do desejo, surge a fantasia, a possibilidade de abordar e dar conta do real, de recriar o vazio, de sublimar. Todavia, se a narrativa do escritor Lima Barreto, torna visível e inteligível a sua própria história, não lhe permitiu o acesso à sublimação. A literatura, por ele utilizada muitas vezes como um produto de troca, o escritor

precisava escrever para sobreviver, poderia ter sido o seu refúgio, se acreditasse nele mesmo e nela, a literatura, com quem dizia ter se casado. Escrever, para Lima Barreto, foi também uma tentativa, malograda, de salvar-se, de ser si mesmo. Seu casamento com a literatura, ou não se consumou, ou ficou reduzido à expressão mais simples, pois não lhe permitiu enfrentar, com êxito, a imbricação trágica entre a pulsão de vida e a pulsão de morte.

A satisfação, que deveria ser buscada num rearranjo pulsional, na recriação do vazio interior, deixa-se aprisionar nas malhas do gozo mortífero, a intoxicação pelo álcool, fazendo com que a pulsão de morte levasse a melhor. Por não conseguir decifrar os códigos modernistas de sua época, Quaresma/Barreto/Gonzaga de Sá torna-se um melancólico, um desajustado, que fracassa, quando constata que a história é feita pelos vencedores, e não pelos humilhados e ofendidos.

Certamente, as questões referentes à humilhação, que afetam o sujeito e o seu processo de subjetivação, não se esgotam nesse estudo, que abre novas questões e sugere outras investigações futuras. De qualquer forma, nosso trabalho demonstra que a humilhação do pai, das figuras de autoridade, produzindo o desamparo do sujeito e acarretando-lhe sofrimento psíquico e o sentimento de vazio interior, abrem-lhe também alternativas: lançar-se à tarefa de criação e recriação de si mesmo, pela via da arte, da ciência, da produção estética; ou, nas naturezas frágeis, dominadas pela pulsão de morte, pode abrir um abismo no qual o sujeito, fragilizado, que não elaborou suas perdas, malgrado suas tentativas frustradas, mergulha de vez e se perde. Tal foi o triste fim de Lima Barreto e de suas personagens, enquanto projeções dele mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade, C. D. (1978). Legado. Claro Enigma. In *Reunião – 10 livros de Poesia* (p. 165). Rio de Janeiro: José Olympio.
- Ansart-Dourlen, M. (2005). Sentimento de Humilhação e Modos de Defesa do Eu. Narcisismo, Masoquismo, Fanatismo. In: I. Marson, & M. Naxara (Org.). *Sobre a Humilhação: Sentimentos, Gestos, Palavras*. (pp. 85-99). Uberlândia: Edufu.
- Anzieu, D. (1989). *O Eu-pele*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Assis Barbosa, F. (1981). *A Vida de Lima Barreto*. 6 ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Azevedo, A. V. (2005). Da Humilhação à Sublimação: A Via da Fantasia na Psicanálise e na Literatura. In: I. Marson, & M. Naxara (Org.). *Sobre a Humilhação: Sentimentos, Gestos, Palavras*. (pp. 49-78). Uberlândia: Edufu.
- Balandier, G. (1997). *O Contorno: Poder e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Barreto, L.. (1956a). *Correspondência*. Tomo I. São Paulo: Brasiliense.
- Barreto, L. (1956b). *Correspondência*. Tomo II. São Paulo: Brasiliense.
- Barreto, L. (1956c). *Diário do Hospício*. São Paulo: Brasiliense.
- Barreto, L. (1956d). *Diário Íntimo*. São Paulo: Brasiliense.
- Barreto, L. (1956e). *Feiras e Mafuás*. Artigos e crônicas. São Paulo: Brasiliense.
- Barreto, L. (1956f). *Impressões de Leitura*. Crítica. São Paulo: Brasiliense.
- Barreto, L. (1956g). *Marginalia*. Artigos e crônicas. São Paulo: Brasiliense.
- Barreto, L. (1956h). *O Cemitério dos Vivos*. Memórias. São Paulo: Brasiliense.
- Barreto, L. (1956i). *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. Romance. São Paulo: Brasiliense.
- Barreto, L. (1956j). *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. Romance. São Paulo: Brasiliense.
- Barreto, L. (1956k). *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Romance. São Paulo, Brasiliense.
- Barreto, L. (1993). *Um Longo Sonho do Futuro: Diários, Cartas, Entrevistas e Confissões Dispersas*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial.
- Barreto, L. (1995). *Crônicas Escolhidas*. São Paulo: Ática.
- Barreto, L. (1997). *Clara dos Anjos*. Romance. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Barreto, L. (1998). *Os Bruzundangas*. Sátira. Porto Alegre: L&PM.

- Barros, M. (2002). *Retrato do Artista Quando Coisa* (pp. 41, 47, 65). Rio de Janeiro: Record.
- Birman, J. (1996). *Por uma Estilística da Existência*. São Paulo: Editora 34.
- Birman, J. (2006). *Arquivos do Mal-Estar e da Resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Calligaris, C. (2007). Artigo. *Folha de São Paulo*, 2007, p. E8.
- Campos, M. T. A. (1988). *Lima Barreto*. São Paulo: Ática.
- Chebabi, W. (1999). Corpo e Psicanálise. In: N. Villaça et al. (org.) *Que Corpo é Esse? – Novas Perspectivas*. Rio de Janeiro: Mauad.
- Cury, M. Z. F. (1981). *Um Mulato no Reino de Jambom: as Classes Sociais na Obra de Lima Barreto*. São Paulo, Cortez.
- Eliot, T.S. (1981). *A Terra Devastada* (p. 89). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Ferenczi, S. (1992). Reflexões sobre o Trauma. *Obras Completas*, IV. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Freud, S. (1893). *Estudos sobre a Histeria*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas de Sigmund Freud, vol. II. (1974) Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1894). *As Neuropsicoses de Defesa*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas de Sigmund Freud, vol. III. (1976). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1895). *Projeto para uma Psicologia Científica*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas de Sigmund Freud, vol. I. (1976). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1892-1899). *Extratos dos documentos dirigidos a Fliess*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas de Sigmund Freud, vol. I. (1976). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1908). *Escritores Criativos e Devaneio*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas de Sigmund Freud, vol. IX. (1976). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1914). *Sobre o Narcisismo: uma Introdução*. Edição Brasileira das Obras Psicológicas de Sigmund Freud, vol. XIV. (1976). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1915a). *O Inconsciente*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas de Sigmund Freud, vol. XIV. (1974). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1915b). *Os Instintos e suas Vicissitudes*. Edição Standard das Obras Psicológicas de Sigmund Freud, vol. XIV. (1976). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1915c). *Repressão*. Edição Standard das Obras Psicológicas de Sigmund Freud, vol. XIV. (1976). Rio de Janeiro: Imago.

- Freud, S. (1919). *Uma Criança é Espancada: uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas de Sigmund Freud, vol. XVII. (1976). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1920). *Além do Princípio de Prazer*. Edição Standard das Obras Psicológicas de Sigmund Freud, vol. XVIII. (1976). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1923). *O Ego e o Id*. Edição Standard das Obras Psicológicas de Sigmund Freud, vol. XIX. (1976). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1929). *O Mal-Estar na Civilização*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas de Sigmund Freud, vol. XXI. (1976). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1938). *A Divisão do Ego no Processo de Defesa*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas de Sigmund Freud, vol. XXIII. (1976). Rio de Janeiro: Imago.
- Garcia-Roza, L. A. (2000). *Artigos da Metapsicologia, 1914-1917: Narcisismo, Pulsão, Recalque, Inconsciente*. Introdução à Metapsicologia Freudiana, vol. 3. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Green, A. (1982). *O discurso vivo: uma teoria psicanalítica do afeto*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Haroche, C. (2005). Processos psicológicos e sociais de humilhação: o empobrecimento do espaço interior no individualismo contemporâneo. In: I. Marson, & M. Naxara (Org.). *Sobre a Humilhação: sentimentos, gestos palavras*. (pp. 31-43). Uberlândia: Edufu.
- Herrmann, F. (2002). *A Infância de Adão e outras Ficções Freudianas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Holanda, S. B. de. (1956). Prefácio. In: Barreto, Lima. *Clara dos Anjos*.(pp. 9-19). São Paulo: Brasiliense.
- Kaufmann, P. (1996). *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise: o Legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1985). *Seminário, livro 5, As Formações do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1986). *Seminário, livro 1, Os Escritos Técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1988). *A Direção do Tratamento*. Escritos. São Paulo: Perspectiva.
- Lacan, J. (1998). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lispector (1986). *Perto do Coração Selvagem*. (p. 41). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Maia, M. S. (2001). A Questão do Sentido na Clínica Psicanalítica. In: B. Bezerra Jr., & C. A. Plastino, C.A. *Corpo, Afeto, Linguagem: A Questão do Sentido Hoje*. (pp. 85-92). Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.

- McDougall, J. (1994). Corpo e Linguagem: da Linguagem do Soma às Palavras da Mente. *Revista Brasileira de Psicanálise*. 28(1), São Paulo.
- Rezende, A. M. (1993). A Investigação em Psicanálise: Exegese, Hermenêutica e Interpretação. In: M. E. L. SILVA. *Investigação e Psicanálise*. Campinas: Papirus.
- Rosolato, G. (1971). Lieux du Corps. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*. 03. Printemps, Galimard.
- Vasconcellos, E. (1999). *Entre a Agulha e a Caneta: A Mulher na Obra de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.